



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
[MESTRADO PROFISSIONAL]



LÍLIAN RIBEIRO PEREIRA

ETNOTURISMO NO TERRITÓRIO INDÍGENA KADIWÉU

CORUMBÁ – MS

2025

LÍLIAN RIBEIRO PEREIRA

ETNOTURISMO NO TERRITÓRIO INDÍGENA KADIWÉU

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (Mestrado Profissional) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Pantanal, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Milton Pasquoto Mariani

Área de concentração: Estudos Fronteiriços.

Linha de Pesquisa: Estratégias Políticas, Mobilidade Humana e Desenvolvimento Territorial

CORUMBÁ – MS

2025

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte ou logotipo do *Creative Commons*.

RIBEIRO PEREIRA, LÍLIAN.

Etnoturismo no território indígena Kadiwéu / Lílian Ribeiro Pereira. – Corumbá: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2025.

Dissertação (Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (Mestrado Profissional), Campus Pantanal, Linha de Pesquisa: Estratégias Políticas, Mobilidade Humana e Desenvolvimento Territorial, Área de Concentração: Estudos Fronteiriços.

1. Etnoturismo. 2. Povo Kadiwéu. 3. Território Indígena. 4. Planejamento territorial. 5. Gestão territorial participativa. 6. Economia indígena. 7. Cultural Tradicional. 8. Autoetnografia.

Nome: Lílian Ribeiro Pereira

Título: Etnoturismo no território indígena Kadiwéu.

E-mail: lilianribeiro.geo@gmail.com

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (Mestrado Profissional) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: / /2025

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professor Doutor Milton Pasquoto Mariani

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Julgamento:

Examinadora: Professora Doutora Mara Aline dos Santos Ribeiro

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Julgamento:

Examinador: Professor Doutor Anderson Luís do Espírito Santo

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Julgamento:

Examinador: Doutor Reinaldo Francisco Ferreira Lourival

Instituição: Instituto Terra Brasilis

Julgamento:

Examinadora: Doutora Áurea da Silva Garcia

Instituição: Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal/Wetlands International Brasil

Julgamento:

*Vó, queria ter só mais uma tarde, regada a café e
bolinhos de chuva, para te contar sobre tudo isso aqui.
Onde quer que esteja, que te alcance.*

AGRADECIMENTOS

Acredito fielmente que todas as pessoas entram em nosso caminho com uma missão.

A missão dessa pessoa em minha vida foi me ensinar o valor de uma amizade que insiste, que te leva, que te desafia e que te faz ver o quão forte somos. O pontapé inicial para eu estar escrevendo isso hoje veio dele. Poucas vezes agradei à pessoa que você é em minha vida, mas uso deste espaço para gravar meu profundo e eterno agradecimento pela imensidão que você provocou em mim, tão grande quanto o seu coração. Gratidão, meu amigo Pedro Cristófori.

Aos “amigos – irmãos” que, incansavelmente, me ouvem, ajudam e inspiram, vocês são meu sol!

À Dona Dalvina e ao Seu Valmiro, mãe e pai amados, que, por meio da labuta diária e do esforço tremendo sob o sol quente da roça, nas obras ou nas faxinas diárias, me deram educação, caráter e o sonho de um mundo melhor: vocês são meu alicerce.

Ao meu orientador, Professor Milton Mariani, que tirou de mim o receio da academia, que por vezes é tão inflamada por ego. Milton, com tamanha educação, sensibilidade, profissionalismo e muita paciência, me fez crescer e ter vontade de seguir por um longo caminho na busca pelo conhecimento.

À Wetlands International Brasil e à Mupan – Mulheres em ação no Pantanal, casa que me acolheu e me deu ferramentas para lutar. Rafaela e Áurea, meu muito obrigada pelas responsabilidades a mim atribuídas, que me desafiaram e desafiam a percorrer esse caminho e além.

À universidade pública, que agora tem permitido que pessoas como eu, de família humilde, preta, defensora de causas sociais, entrem e saiam como estudantes. Espaços estes que antes meus ancestrais só estiveram para exercer trabalhos de limpeza ou construção, e que hoje, para mim, são arena de luta por equidade, inclusão e educação de qualidade.

Ao povo *Kadiwéu*, todo respeito e agradecimento por tudo que vivemos e ainda vamos viver juntos.

Por fim, à minha passarinha, vó Zulmira, que perdi no meio dessa trajetória do mestrado, mas que sempre, muito curiosa, me perguntava tudo: do trabalho, dos estudos, das viagens... A sua força está em mim, e cada degrau que alcanço é por nós.

*“Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma, mas não sou só”*
Sued Nunes (2021)

RESUMO

O Território Indígena Kadiwéu possui uma extensão de aproximadamente 539 mil hectares, sendo o maior território indígena homologado fora da Amazônia Legal. Com seis aldeias e cerca de 1.400 pessoas, localiza-se entre os biomas Cerrado e Pantanal, sob a proteção atenta de seus guardiões, o povo Kadiwéu. A considerar a necessidade de um planejamento territorial autônomo, os Kadiwéu iniciaram, no ano de 2018, a construção do “Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu”, com o apoio/suporte da Wetlands International Brasil e da Mupan (Mulheres em Ação no Pantanal). Durante esse processo de planejamento participativo, emergiu, entre as lideranças, o desejo de melhorar a renda comunitária, desenvolver ferramentas que garantam oportunidades de trabalho – especialmente para a juventude – e fortalecer os elementos culturais da comunidade. Dessa forma, teve início uma longa trajetória de diálogos, amadurecimento e estruturação de propostas em torno do etnoturismo. O território já apresenta, de forma indireta, uma dinâmica voltada à recepção de visitantes, sobretudo para a aquisição de cerâmica Kadiwéu ou para a visita de cachoeiras e rios locais. Contudo, evidencia-se a necessidade de um projeto estruturado, concebido de dentro para fora, que respeite os modos de vida tradicionais e promova o protagonismo da comunidade. Adotando como base metodológica a autoetnografia – isto é, o conhecimento advindo da convivência direta com o povo Kadiwéu e sua realidade cotidiana – buscou-se refletir sobre os marcos legais e os instrumentos de gestão territorial, com vistas a discutir o planejamento do território e a viabilidade de projetos sustentáveis que contribuam para o fortalecimento da economia local, como o etnoturismo.

Palavras-chave: Etnoturismo. Povo Kadiwéu. Território Indígena. Gestão Territorial.

RESUMEN

El Territorio Indígena Kadiwéu tiene una superficie aproximada de 539.000 hectáreas, lo que lo convierte en el mayor territorio indígena fuera de la Amazonia Legal. Con seis aldeas y cerca de 1.400 habitantes, está situado entre los biomas Cerrado y Pantanal, bajo la atenta protección de sus guardianes, el pueblo kadiwéu. Considerando la necesidad de una planificación territorial autónoma, los kadiwéu comenzaron a construir el “Plan de Vida del Territorio Indígena Kadiwéu” en 2018, con el apoyo de Wetlands International Brazil y Mupan (Mujeres en Acción en el Pantanal). Durante este proceso de planificación participativa, surgió entre los líderes el deseo de mejorar los ingresos de la comunidad, desarrollar herramientas para garantizar oportunidades de empleo -especialmente para los jóvenes- y fortalecer los elementos culturales de la comunidad. Así comenzó un largo camino de diálogo, maduración y estructuración de propuestas en torno al etnoturismo. El territorio ya cuenta, indirectamente, con una dinámica orientada a recibir visitantes, especialmente para comprar cerámica kadiwéu o visitar las cascadas y ríos locales. Sin embargo, es evidente la necesidad de un proyecto estructurado, concebido desde dentro hacia fuera, que respete los modos de vida tradicionales y promueva el papel de la comunidad. Adoptando como base metodológica la autoetnografía -es decir, el conocimiento que surge de la convivencia directa con el pueblo kadiwéu y su realidad cotidiana, buscamos reflexionar sobre los marcos legales y los instrumentos de gestión territorial, con vistas a debatir la planificación territorial y la viabilidad de proyectos sostenibles que contribuyan a fortalecer la economía local, como el etnoturismo.

Palabras-clave: Etnoturismo. Pueblo Kadiwéu. Territorio Indígena. Gestión Territorial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dança em Festividade Kadiwéu.....	15
Figura 3 – “Plano de Vida” TI Kadiwéu [versão 1]	27
Figura 5 – Etnomapa TI Kadiwéu - Aldeia Alves de Barros	30
Figura 6 – Etnomapa TI Kadiwéu - Aldeia Barro Preto.....	31
Figura 7 – Dona Jussara e Naokena – Cerimônia de Batismo	55
Figura 8 – Cachoeira Aquidabã.....	57
Figura 9 – Presidente da Associação AMITIK e Gilberto Pires da FUNAI	59
Figura 10 – Cavaleiros	61
Figura 11 – Fim de tarde no mirante próximo a Aldeia Campina e Alves de Barros	62
Figura 12 – Cerâmica Kadiwéu.....	63
Figura 13 – Dona Creuza, artista Kadiwéu	64
Figura 14 – Ceramista mostrando as cores da cerâmica.....	65
Figura 15 – Loja de cerâmica Kadiwéu, em Bodoquena (MS)	68
Figura 16 – Pintura do Ponteiro para festividade Kadiwéu.....	69
Figura 17 – Meninas prontas para o desfile cultural Kadiwéu (Aldeia São João)	71
Figura 18 – Desfile Kadiwéu, pintura corporal	72
Figura 19 – Guerreiro com arco e flexa.....	78
Figura 20 – Dança tradicional Kadiwéu	79
Figura 21 – Tocadores de gogué	80
Figura 22 – Oficina de Etnoturismo na Aldeia São João	81
Figura 23 – Temas e atividades elencadas pela comunidade	82
Quadro 1 – Planificação das atividades de Etnoturismo (Aldeia São João)	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABINK	Associação dos Brigadistas Indígenas da Nação Kadiwéu
ACIRK	Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu
AMAK	Associação das Mulheres Artistas Kadiwéu
AMITK	Associação das Mulheres Indígenas Terena e Kadiwéu
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
MUPAN	Mulheres em Ação no Pantanal
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNGATI	Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
TI	Território Indígena
TICCA	Territórios Indígenas e Áreas Conservadas por Comunidades Locais

SUMÁRIO

PRÓLOGO	14
1 INTRODUÇÃO	16
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
2.1 Delineamento	25
2.2 Pesquisa documental	26
<i>2.2.1 Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas</i>	26
<i>2.2.2 Plano de Vida</i>	26
<i>2.2.3 Organização Internacional do Trabalho (OIT 169)</i>	32
<i>2.2.4 Manual de ecoturismo indígena</i>	33
<i>2.2.5 Convenção Ramsar</i>	33
<i>2.2.6 Autoetnografia</i>	34
3 APORTES TEÓRICOS	36
3.1 Os Kadiwéu: sua história no contexto fronteiriço	36
3.2 Território e a territorialidade: a importância de uma gestão planejada	40
3.3 Etnicidade e a forma de vida no território Kadiwéu	44
3.4 Etnoturismo: um novo olhar do povo kadiwéu sobre seu território	47
4 OS ACHADOS DO CAMPO EMPÍRICO	54
4.1 Percepção em relação ao etnoturismo no território indígena Kadiwéu	56
4.2 O território Kadiwéu e suas potencialidades turísticas e o que a legislação dispõe 73	
4.3 Etnoturismo para além da economia: algumas reflexões	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE	88

1 PLANO DE ETNOTURISMO DA ALDEIA SÃO JOÃO NO TERRITÓRIO INDÍGENA KADIWÉU	88
1.1 Dinâmica utilizada	89
1.2 Sensibilização e mobilização	90
1.3 Oficinas de etnomapeamento	91
1.4 Diagnóstico	92
1.5 Planejamento	94

NAOKENA: “UMA FLOR NO TERRITÓRIO”

Quando ingressamos em uma universidade, temos vários sonhos, expectativas, medos e nem conseguimos mensurar até onde os caminhos do conhecimento irão nos levar. Assim foi ao chegar ao curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Com algumas curiosidades sobre a dinâmica territorial fronteiriça, ainda no segundo ano da graduação, fui trabalhar no Centro de Estudos Fronteiriços General Padilha, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, onde, ao lado do saudoso Roberto Paixão – geógrafo e grande apaixonado pelas dinâmicas fronteiriças –, despertei para um mundo que envolve não apenas a dinâmica territorial, mas também a gestão e a grande lacuna entre políticas públicas e as comunidades tradicionais do Pantanal.

Posso dizer que a surpresa da vida me foi boa, conduzindo-me mais tarde ao Território Kadiwéu, por meio da *Wetlands International Brasil* e Mupan, organizações não governamentais com foco de trabalho na conservação ambiental.

Ali, como estagiária, iniciei em 2018 o acompanhamento da antropóloga Kátia Favilla no trabalho com planos de gestão territorial e ambiental. Foi um ano de aprendizado, adquirindo experiência e compreendendo esse universo que é atuar com a conservação e modos de vida de comunidades indígenas e tradicionais.

Digo sempre que o caminho moldou minha atuação, e a própria comunidade me confiou o lugar de parceira, permitindo não apenas o diálogo sobre os planos de gestão e outros projetos, mas, sobretudo, me fazendo sentir parte da família, com o carinho e o zelo que transformaram minha trajetória profissional e agregaram o “pertencer” às lutas desse povo e de outros tantos que cruzaram e ainda cruzam meu caminho desde então.

Atualmente, como coordenadora do componente “modos de vida” da *Wetlands International* e Mupan, parceira das lideranças e associações do Território Kadiwéu e filha adotiva da Dona Jussara Kadiwéu – de quem ganhei o nome de Naokena, “a flor que da vida ao fruto” –, venho, por meio desta pesquisa, contar um pouco desses aprendizados que tive. Contudo, mais do que isso, desejo mostrar a luta do povo guerreiro do Pantanal em prol de seus modos de vida, de sua dinâmica territorial e do bem-estar de seus filhos, e ainda ressaltar sobre a grande necessidade de políticas que apoiem essas comunidades.

Com total respeito à ancestralidade e ao povo guerreiro do Pantanal, peço licença para levar, a quem possa, um pouquinho deste território que me acolheu com carinho. Desejo que as lutas deles passem a ser também nossa luta coletiva, na busca por respeito, dignidade e, sobretudo, pela valorização dessa cultura tão rica, porém, por muito tempo, invisibilizada aos olhos de quem se recusa a ver.

Figura 1 – Dança em Festividade Kadiwéu



Fonte: Acervo Mupan e Wetlands International Brasil/Alexandre Honing (2023).

1 INTRODUÇÃO

O Território Indígena Kadiwéu, área que será abordada nesta pesquisa, além de apresentar um potencial turístico imensurável, destaca-se também pela expressiva necessidade manifestada pela comunidade em melhorar suas condições econômicas e fortalecer sua cultura, com ênfase em seus modos de vida.

O que mais chama atenção para no caso dos “indígenas guerreiros” é que todo esse engajamento voltado ao desenvolvimento do turístico local caminha junto com o cuidado que os guardiões desse território têm por seu lar, suas nascentes e sua flora e fauna, como se observa no “Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu” (Plano de Vida Kadiwéu, 2019).

O “Plano de Vida” é uma ferramenta que as comunidades indígenas utilizam para descrever seus territórios, projetar o que desejam para o futuro, organizar seus objetivos e detalhar como esperam alcançá-los (Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque – APIO, 2008). Trata-se, portanto, de um documento inserido na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI), que subsidia o planejamento e a gestão territorial das comunidades.

O TI Kadiwéu está localizado no município de Porto Murtinho, região fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, e abrange os biomas Cerrado e Pantanal. Está situado nas proximidades do Parque Nacional da Serra de Bodoquena (Parna Bodoquena), área que preserva remanescentes de Mata Atlântica e que, devido à sua diversidade, é considerada área prioritária de conservação (Favilla; Pires; Pereira, 2019).

Os Kadiwéu são um grupo indígena de grande importância para constituição da fronteira sul-mato-grossense, visto que viviam como nômades entre as regiões do Chaco paraguaio e do Pantanal brasileiro, tendo sido importantes protagonistas durante a Guerra contra o Paraguai (1864-1870).

Nesse período, os Kadiwéu, que decidiram lutar a favor do Brasil, já eram conhecidos e temidos, em razão de diversas histórias sobre sua atuação na região, incluindo investidas contra espanhóis e até mesmo contra portugueses que transitavam pela Bacia do Prata.

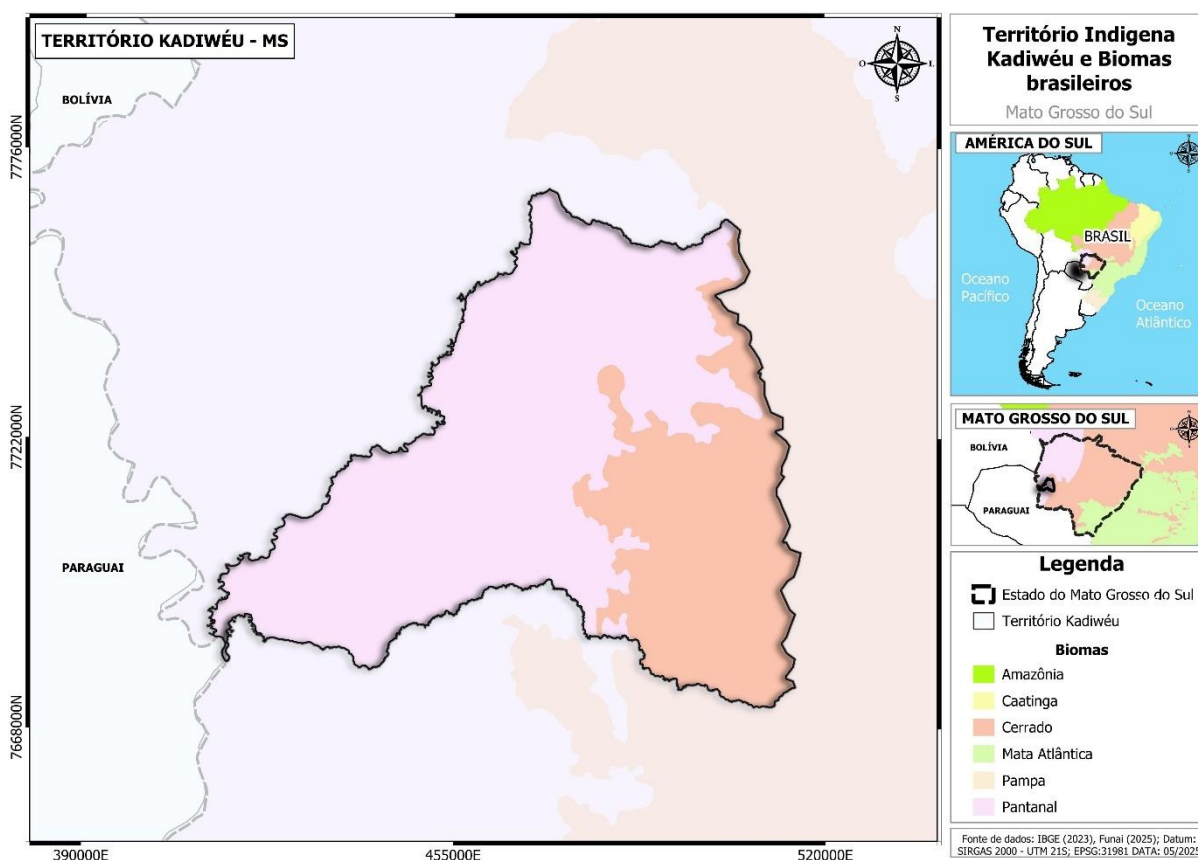
A constituição do território Kadiwéu ocorreu por volta de 1899, após o fim do conflito contra o Paraguai. Como recompensa por sua contribuição à vitória brasileira, o povo Kadiwéu pôde escolher entre receber dinheiro ou terras. Optando pela segunda alternativa, o então presidente do estado de Mato Grosso, Pedro Alves de Barros, determinou a medição do território resultando na destinação de 373.024 hectares àquela comunidade.

Posteriormente, entre 1957 e 1958, essa extensão de terra foi questionada pelo Estado e ela foi reduzida a 100 mil hectares. Mais tarde, a Justiça Federal deu causa ganha aos indígenas e, em 1981, o exército foi incumbido de realizar uma nova demarcação das terras. Em 1984, foi finalmente homologado o território de 538.536 hectares, por meio do Decreto nº 89.578, assinado pelo presidente João Figueiredo (Favilla; Pires; Pereira, 2019, p. 17).

Após período de conformação do território, este foi dividido em posses entre famílias Kadiwéu, constituindo-se, com o tempo, as aldeias – áreas onde até hoje funcionam como centros das comunidades. Durante a construção do “Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu”, foram identificadas áreas de uso comum e áreas prioritárias para a implementação de ações comunitárias nas aldeias.

Atualmente, o TI Kadiwéu conta com seis aldeias, sendo elas: Alves de Barros, Campina, Tomázia, Barro Preto, São João e Córrego do Ouro. Sua população está estimada em aproximadamente 1.400 pessoas, segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (2022).

Figura 2 – Mapa dos Biomas do TI Kadiwéu



Fonte: Pedro Cristófori (2025)

Sem dúvida, a construção do “Plano de Vida” desse território auxilia na compreensão sobre o que são essas áreas, comuns ou individuais, e traz à luz o que cada comunidade entende sobre o território e a história de sua divisão. Assim, esta dissertação nasce a partir de um instrumento de gestão e do desejo de uma comunidade em promover o desenvolvimento local.

O envolvimento comunitário, tão necessário para se pensar um desenvolvimento local efetivo, decorre de um empenho pessoal em todas as etapas do aprendizado. Desse modo, utilizaremos a ferramenta do “Plano de Vida” e seus etnomapas, construídos de forma comunitária, para refletir também sobre o etnoturismo e as formas pelas quais ele, desde que bem planejado, pode contribuir para o desenvolvimento local.

Ultimamente, o conceito de *desenvolvimento local* é abordado com frequência, sobretudo quando se trata de estratégias para melhorar a qualidade de vida das populações, especialmente no aspecto econômico. Para Araújo (2017), o desenvolvimento local já foi, por diversas vezes, considerado um conceito inadequado e distorcido, já que “desenvolvimento” é um termo amplo, passível de interpretações e aplicações equivocadas, inclusive quando há fragilidade nas etapas de participação e envolvimento comunitário.

Ao pensar em atividades turísticas em Territórios Indígenas, recorro ao primeiro manual disponibilizado pelo governo brasileiro acerca do tema, o Manual Indígena de Ecoturismo (Brasil – Ministério do Meio Ambiente – MMA; Instituto Ecobrasil, 1997), que classifica a atividade como uma alternativa econômica para os povos indígenas, contribuindo, assim, para a valorização do patrimônio ambiental e cultural.

Em virtude desse primeiro conceito, abordado sob o nome de “ecoturismo indígena”, recorreremos a Oliveira (2022) a fim de compreender a diferença entre as categorias. O autor ressalta que o etnoturismo e o ecoturismo são conceitos fundamentados em tipologias do turismo, articuladas com o mercado turístico, sendo caracterizados pela relação entre demanda e oferta das experiências: no caso do ecoturismo, associadas à visitação e ao desenvolvimento de atividades em áreas naturais; no caso do etnoturismo, relacionadas à interação com elementos étnicos.

Seguiu-se, nesta dissertação, o conceito de etnoturismo, partindo da compreensão de que um turista que visita uma comunidade indígena, seja qual for a atividade desenvolvida, inevitavelmente por uma experiência de troca, seja por meio de uma conversa, seja por uma vivência propriamente dita, como é o caso do território Kadiwéu.

Para aprofundar o conceito e sua aplicabilidade, recorreremos a Araújo (2017), que analisa o etnoturismo a partir da experiência de duas aldeias brasileiras: os Potiguara, na Paraíba, e os Pataxó, na Bahia. Ambos os grupos compartilham uma visão realista de que o etnoturismo pode

contribuir para diversos aspectos das comunidades, desde a comercialização de artesanatos até a valorização de traços culturais que, muitas vezes, se perdem no decorrer dos anos. Nessas experiências, as atividades turísticas têm sido utilizadas como ferramenta para recuperar aspectos identitários e culturais há muito esquecidos.

Deve-se ainda atentar para a contemporaneidade, em que há uma mudança no modo de vivenciar experiências pelo turista. Segundo Mello Neto e Toppino (2019), essa transformação no olhar turístico decorre de um crescente interesse por vivências e intercâmbios culturais. Algo que tem instigado esses sujeitos a buscar abordagens diferenciadas, com inserção em culturas diversas e conhecimentos dos costumes que lhes são não cotidianos. Esse cenário abre espaço para a crescente busca por uma outra esfera do turismo: o turismo de vivência local, o etnoturismo, o turismo cultural, entre outros.

Em sua obra *“Etnodesenvolvimento e educação indígena: problemas e perspectivas para a implantação do etnoturismo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol na TIRSS, região Ingarikó-Wîi Tîpî,”* Nogueira (2013) aborda as possibilidades que o etnoturismo pode trazer às comunidades, no contexto de uma das maiores terras indígenas do Brasil: o Território Indígena Raposa Serra do Sol, localizada em Roraima. O autor destaca a busca dos indígenas por melhores condições de vida por meio do turismo. Neste caso, esse TI está localizado próximo ao Monte Roraima, importante ponto turístico da região.

No entanto, o autor aponta uma questão central: a baixa capacitação da comunidade para atuar com esse tipo de atividade. Isso evidencia ainda mais o papel de atravessadores e organizações turísticas que acabam explorando o trabalho das comunidades, remunerando-as com valores baixíssimos.

O exposto representa um ponto de atenção essencial em qualquer projeto que envolva comunidades indígenas: é fundamental considerar as expertises locais, as formas de organização comunitária, bem como o planejamento e o fortalecimento das capacidades, para que, assim, sejam evitados problemas de exploração, especialmente em contextos de pouca experiência com o setor turístico.

Pautado nas oportunidades que o etnoturismo pode proporcionar às comunidades indígenas locais, sobretudo às do Pantanal Sul-mato-grossense, recorremos a Alves, Violin e Benites (2022). Em um estudo referente à Rota Bioceânica, os autores defendem que investimentos como esses, que tendem aproximar o turista às vivências e às atrações, podem beneficiar de forma direta essas comunidades.

Entretanto, destaca-se que toda essa dinâmica precisa ser cuidadosamente organizada e estruturada com investimentos públicos, de modo a viabilizar o desenvolvimento de projetos

como o etnoturismo ou até o turismo de vivência, bem como a comercialização dos produtos das comunidades.

Ainda com base em Alves, Violin e Benites (2022), que analisam as oportunidades geradas pela dinamização de uma rota turística fortalecida com apoio dos governantes e embasada na criação da Rota Bioceânica, é necessário ir além da dinâmica logística. Não basta pensar apenas em como o turista chegará a esses territórios: é imprescindível considerar a gestão territorial das comunidades, suas formas de uso da terra, seus modos de vida e a maneira como essas comunidades irão desenvolver, implementar e monitorar seus planos de etnoturismo.

Tudo isso deve estar orientado à mitigação de possíveis impactos negativos de um turismo exploratório, pautado tão somente na lógica financeira, que pode comprometer a autonomia, a cultura e o equilíbrio ambiental das comunidades.

Para Asato (2021), a Rota Bioceânica foi concebida e acordada por meio de uma parceria entre presidentes da América do Sul. A rota, que contemplará Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, é vista como uma estratégia de integração entre esses países, conectando-os a uma rede mais ampla de escoamento comercial até a Ásia, com maior agilidade. Com a rota em funcionamento, o envio de produtos ao mercado asiático ocorrerá com custos operacionais reduzidos, em razão da alta capacidade dos navios e ao menor tempo de trajeto até o destino.

Os benefícios da Rota Bioceânica, segundo Asato (2021), vão além da logística de escoamento de mercadorias. O autor destaca o potencial turístico da integração regional, organizado a partir de quatro eixos principais: a abertura de novos mercados turísticos, a integração cultural, a diversidade ambiental e o fortalecimento de um turismo voltado a mochileiros.

A inclusão da Rota Bioceânica nesta reflexão se justifica, sobretudo, pelo local em que ela atravessará o território brasileiro – mais precisamente a região de Porto Murtinho – e pela mobilização de diversos atores interessados em seu planejamento. Contudo, pouco se discute o fato de que a cidade de Porto Murtinho abriga o maior Território Indígena fora da Amazônia, com uma cultura riquíssima, um instrumento de gestão em implementação e um plano de etnoturismo sendo elaborado pelas próprias comunidades, mas sem que haja qualquer articulação com os demais atores da rota.

Além disso, ao refletir sobre a chegada dessa rota, ressalta-se uma preocupação legítima com a forma como sua instalação tem sido conduzida: priorizando a geração de renda, mas com pouca ou nenhuma consulta às populações locais, que enfrentam diariamente as dificuldades próprias de uma região de fronteira.

A falta de infraestrutura é uma delas, que vai desde a carência de hotéis na região, as estradas de ruim acesso, até a precariedade do sistema de saúde local, ausência de acompanhamento social para famílias carentes e, neste caso específico, a exclusão das comunidades indígenas e tradicionais do processo decisório, mesmo sendo elas parte direta do território afetado.

A rota poderá funcionar como uma fonte incentivadora ao turismo na região, representando uma oportunidade que pode ser agregada, por exemplo a um projeto de etnoturismo. Mas, devemos nos atentar para os planejamentos públicos que envolvam essas comunidades, de modo que prevejam impactos e busquem efetivamente melhorar a qualidade de vida e integração daqueles que ali estão.

Os Kadiwéu, residentes deste território, são conhecidos mundialmente por sua cerâmica. Porém, por serem objetos frágeis dependem de cuidados intensos, deslocamentos longos e muitas vezes de terceiros que mobilizem esse transporte para assim chegar aos grandes centros urbanos.

Pautados na necessidade de melhorar a logística para a venda da cerâmica Kadiwéu, lideranças buscaram novas formas de se organizar e de consolidar parcerias fora do território para demandas antes identificadas por elas. Conhecidos por serem “fechados” e pouco conhecidos, os Kadiwéu mantêm uma cultura muito reservada, com uso de várias práticas tradicionais e modos de vida pouco conhecidos, mas com uma dinâmica muito parecida com a que deram a eles o título da terra: a luta por seus ideais.

Ao pensar na dinâmica de venda das cerâmicas e o trabalho com as mulheres, em 2015, lideranças chegam à Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal, organização da sociedade civil localizada em Campo Grande/MS, reconhecida por atuar em prol do empoderamento de gênero, do trabalho com comunidades e da conservação ambiental e dos recursos naturais.

Dessa aproximação, nasceu uma poderosa parceria entre o povo Kadiwéu e Mupan, que, em 2017, passou a articular-se também com as estratégias das *Wetlands International*, no âmbito do Programa Corredor Azul¹. Por meio dessa parceria, foi possível conhecer melhor a dinâmica da comunidade e desenvolver um conjunto de ações que visam o desenvolvimento do território em diversas esferas, como a ambiental, a econômica, a política e, principalmente, a territorial.

¹O Corredor Azul é um programa da *Wetlands International*, implementado no Brasil em parceria com a Mupan e segue com o objetivo de salvaguardar a conectividade Paraná-Paraguai de áreas úmidas. Com contatos pré-estabelecidos entre Mupan e TI Kadiwéu, foi possível inserir no desenho do Programa Corredor Azul ações para a conservação junto as comunidades deste Território.

Durante os anos de 2018 e 2019, a comunidade Kadiwéu se debruçou sobre seu território para entender e dialogar sobre suas dinâmicas, seus usos e, sobretudo, sobre seu futuro por meio de um planejamento de ações, de forma a melhorar, assim, a gestão do território. Segundo Corrêa, entende-se por gestão do território:

[...] o conjunto de práticas que visa no plano imediato a criação e o controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos como concentração e dispersão espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica (Corrêa, 1992, p. 68).

O “Plano de Vida” do Território Indígena Kadiwéu surge embasado em experiências desenhadas em outras regiões do país, como no Oiapoque, e carrega uma característica bem pessoal desse povo, a sua luta por tudo o que é necessário, para a conquista do seu território de vida, a luta para manter seu povo seguro no pós-guerra, e, não diferente dos dias atuais, a luta por manter seu território protegido e buscar melhorias de vida para os seus. Essa força se faz presente já nas primeiras páginas do Plano, onde é narrada por um indígena uma passagem do mito de criação na cosmovisão do povo Kadiwéu.

Além disso, é preciso destacar a metodologia utilizada para a construção desse plano. Baseado nas diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI), implementada principalmente pela Fundação dos Povos Indígenas em 2013, com o objetivo de desenvolver os Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTAs), o processo de planejamento de ações no TI Kadiwéu foi estruturado e desenvolvido em cinco etapas: sensibilização e mobilização, diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento e avaliação (Favilla; Pires; Pereira, 2019).

Vale ainda o destaque de que as comunidades, por meio de consultas realizadas em diversas reuniões, dividiram temas a serem trabalhados, a fim de planejar o futuro do território. Esses temas servirão como base para qualquer construção ou projeto a ser implementado na comunidade futuramente. Os temas definidos foram: Saúde, Território, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária, Cultura, Convivência no Território e Relações Interinstitucionais, Fogo, Água, Mulheres, Juventude, Esporte e Lazer (Pereira; Cristofori, 2022).

Conforme observamos na planificação da comunidade presente no “Plano de Vida”, há uma dificuldade recorrente na geração de renda, o que tem causado um êxodo principalmente da juventude desse território. Outra preocupação está pautada na especulação de alguns projetos externos que chegam ao território visando garantir uma renda extra, mas que podem trazer

grandes problemas para a comunidade, como é o caso da soja, cuja expansão tem sido cada vez mais especulada para áreas pantaneiras e peripantaneiras.

No território Kadiwéu, essa proposta em relação à soja chega e encontra “solos férteis” para instalação, com possibilidades de ganhos e lucros interessantes para algumas pessoas, porém, vem com a necessidade de reforçar os arrendamentos de terra, comuns nas áreas de posse dos Kadiwéu e reforça a necessidade do desmatamento de grandes áreas para a produção.

Desta forma, o etnoturismo se apresenta como uma real possibilidade para geração de renda, podendo ser também uma saída para melhorar a comercialização da cerâmica Kadiwéu. Em relação às cerâmicas, essas são produzidas pelas mulheres e são mundialmente conhecidas, porém ainda tem um grave problema em relação à logística de retirada das peças do território, pautado na dificuldade de acesso e transporte das peças, já que poucos deles têm carros para levar as peças aos grandes centros urbanos, como Campo Grande (cerca de 400 km de distância) ou Bonito (aproximadamente 100 km), este último um importante polo turístico da região.

Ao tratar de Bonito, importante município turístico em Mato Grosso do Sul, percebemos a grande procura por turismo de natureza, que, se planejado, pode ser pautado também como porta para o turismo de imersão cultural Kadiwéu, tendo em vista que a aldeia São João, fica a aproximadamente uma hora da cidade com boas estradas e acesso facilitado.

Hoje, não é rara a busca de estabelecimentos turísticos de Bonito as lideranças Kadiwéu a fim de marcarem visitas locais nas aldeias, aos atrativos naturais presentes no território, como as cachoeiras do Aquidabã, próximo a aldeia São João e até para a compra de cerâmicas.

Durante o *Inspira Ecoturismo Bonito*, realizado no ano de 2022, onde estive presente com lideranças da aldeia São João, percebemos um grande interesse de organizações como o *Sebrae* e as prefeituras em apoiar o desenvolvimento do etnoturismo nessas comunidades. No entanto, a falta de um direcionamento acaba sendo um empecilho para seguir com um real planejamento dessa proposta.

Nesse sentido, esta dissertação surge com o objetivo de compreender as impressões e possibilidade do etnoturismo como estratégia de geração de renda local, a partir dos elementos que constituem a cultura Kadiwéu, quais sejam, seus modos de vida, saberes tradicionais e formas de organização espacial.

Destaco os seguintes objetivos específicos:

- Diagnosticar as potencialidades naturais, culturais e sociais das comunidades do território, com base no etnomapeamento e nas legislações vigentes, como a convenção 169 da OIT, a PNGATI e outras políticas que assegurem e orientem os direitos dos povos indígenas quanto à gestão territorial;

- Promover oficinas junto à comunidade do Território Indígena Kadiwéu (TIK) para avaliar as percepções do etnoturismo e desenvolvimento do território;
- Apresentar proposta estruturada para a comunidade TIK sobre a oportunidade de implementação do etnoturismo.

Diante do exposto, esta pesquisa buscou contribuir para o debate sobre o etnoturismo enquanto estratégia de fortalecimento socioterritorial e geração de renda em comunidades indígenas, com foco na Aldeia São João, no território indígena Kadiwéu.

Ao considerar o etnoturismo como uma real possibilidade, este trabalho se propõe a desenhar um plano de atividades de visitação, sendo seus protagonistas o povo Kadiwéu, ficando a critério deles a forma de uso do produto, busca por parceiros e aplicabilidade de seus desejos para o etnoturismo em seu território.

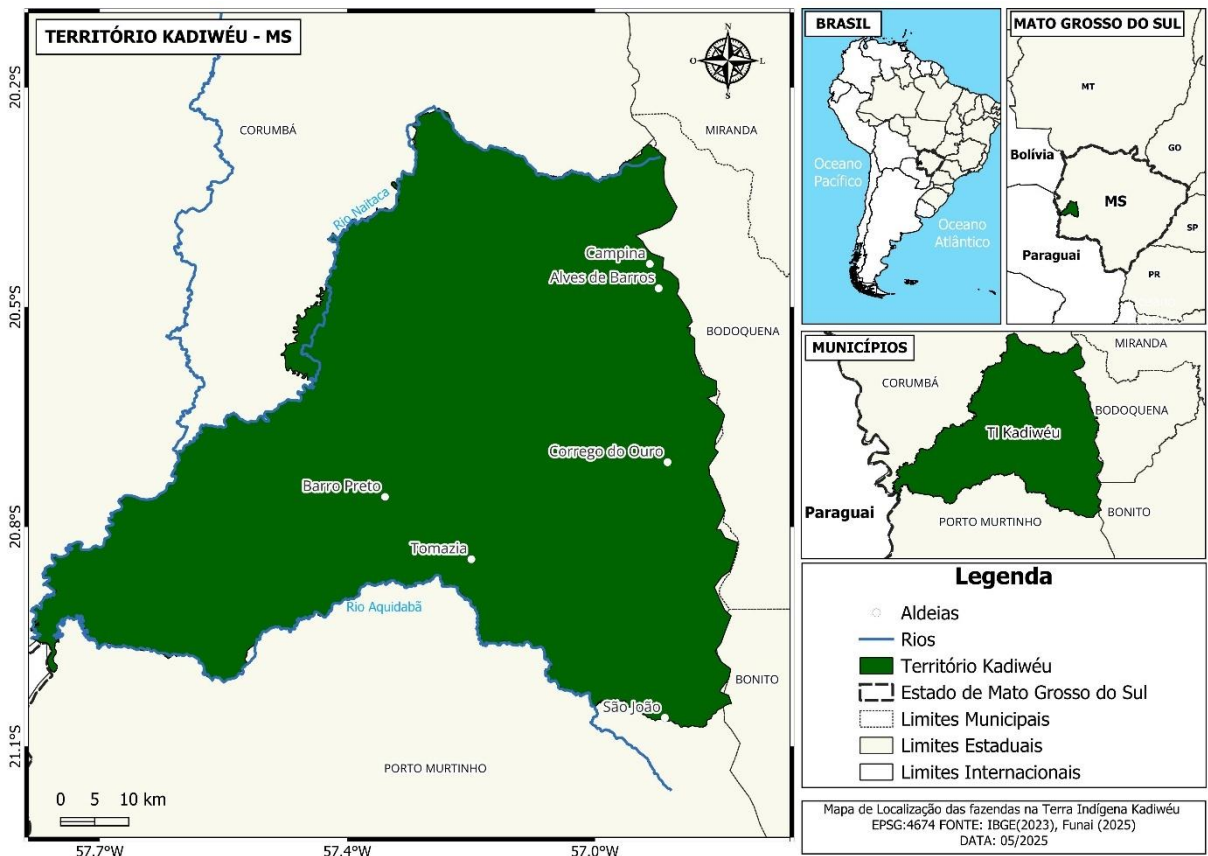
Por fim, a dissertação está estruturada em cinco capítulos: o primeiro a introdução, seguido pelos procedimentos metodológicos, terceiro os aportes teóricos, os achados do campo empírico e em quinto as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Delineamento

O Território Indígena Kadiwéu está localizado no município de Porto Murtinho, no estado de Mato Grosso do Sul. Compreende cerca de 538 mil hectares e está sob influência dos biomas Cerrado e Pantanal. Com seis aldeias distribuídas pelo território, sua população é de aproximadamente 1.400 moradores.

Figura 3 - Mapa de Localização das aldeias do TI Kadiwéu



Fonte: Pedro Cristófori, 2025.

Dividido nas aldeias Campina, Alves de Barros, Tomázia, São João, Barro Preto e Corrego do Ouro, a maior parte da população permanece nas aldeias. No entanto, organização fundiária também inclui fazendas dispersas por toda a área.

2.2 Pesquisa documental

Esta pesquisa pautou-se na análise, leitura e reflexão dos documentos que se seguem abaixo.

2.2.1 *Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas*

O Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, em seu artigo 1º, estabelece a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) (Brasil, 2012). Essa política tem como objetivo garantir e promover a recuperação, proteção, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. Busca também promover a integridade do patrimônio indígena, melhorar a qualidade de vida e as condições de produção física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

Ainda no Decreto nº 7.747, o artigo 2º (Brasil, 2012) trata dos mecanismos voltados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas, destacando o etnomapeamento e o etnozoneamento como instrumentos fundamentais para a administração desses territórios e para o fortalecimento da autonomia dos povos indígenas diante de processos internos ou externos que incidem sobre seus territórios.

Na etapa de construção coletiva com a comunidade, a diretriz utilizada foi a própria Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, sendo a metodologia participativa fundamentada no etnomapeamento.

2.2.2 *Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu*

Segundo a APIO – Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (2008), o processo de construção do “Plano de Vida” representa a reafirmação da posição dos povos indígenas perante a sociedade nacional. Trata-se de um instrumento que articula os direitos assegurados na Constituição Federal com o fortalecimento dos modos de vida e dos aspectos culturais dessas comunidades.

Em 2018, o “Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu” (fig. 04) foi facilitado pela Mupan e Wetlands International Brasil e construído pela própria comunidade, momento em que

as ações foram planejadas coletivamente e os moradores expressaram no documento suas necessidades, desejos e projetos para o futuro.

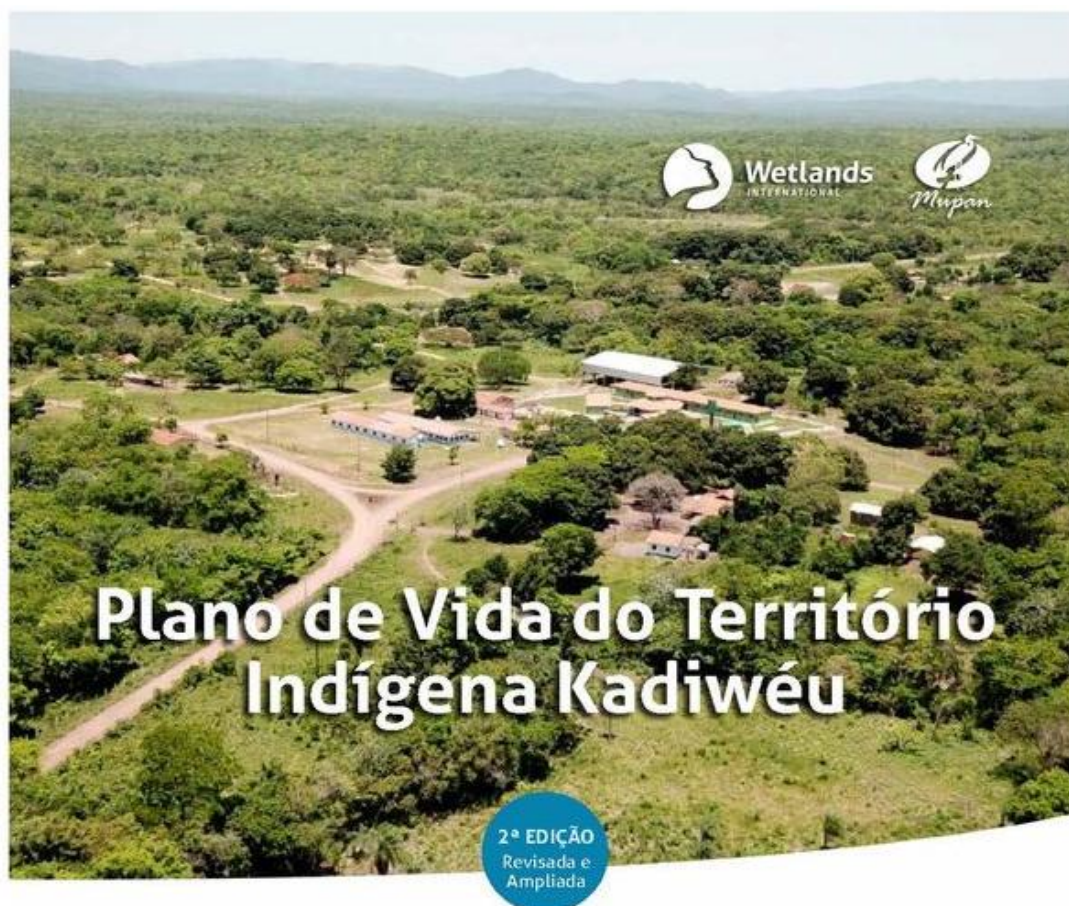
Atualmente, esse documento serve de base para todas as ações planejadas e propostas no território Kadiwéu. Sua planificação orienta as comunidades na busca por melhorias locais, por apresentar, de forma sistematizada, os anseios coletivos e as propostas de desenvolvimento, não apenas para cada aldeia individualmente, mas para o território como um todo.

Figura 4 – “Plano de Vida” TI Kadiwéu [versão 1]



Fonte: Plano de Vida Território Indígena Kadiwéu (2019).

Figura 5 – “Plano de Vida” do TI Kadiwéu [versão 2]



Fonte: Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu (2022).

Para a confecção do “Plano de Vida”, são elaborados os etnomapas, por meio dos quais a comunidade consegue apontar, de maneira mais livre, os usos do território e aquilo que cada pessoa conhece sobre ele.

Essa fase é extremamente interessante para nós, que somos de fora, pois permite compreender a dinâmica territorial e, mais ainda, entender como cada comunidade percebe e se relaciona com essa área a partir de sua própria perspectiva. É nesse momento que podemos identificar, inclusive, as ligações afetivas e funcionais, ou seja, o pertencimento que cada indivíduo tem com o território, a partir do que compreende e vivência nele.

Ao analisar os etnomapas apresentados no “Plano de Vida”, é possível perceber quais pessoas e comunidades detêm maior domínio sobre a gestão do território ou circulam por mais áreas, uma vez que seus mapas apresentam representações mais amplas e complexas. Esse foi o caso do etnomapa da aldeia Alves de Barros (figura 6), cuja construção contou com a presença

de brigadistas. Nele, foram identificadas áreas prioritárias para a conservação, rios importantes, matas, delimitação de fazendas e até vazantes.

Diferentemente, o etnomapa da aldeia Barro Preto (figura 7) apresenta uma abordagem mais objetiva, voltada para a área de uso cotidiano da comunidade – como o rio próximo, as casas, as áreas sagradas e o campo de futebol. Ou seja, elementos que possuem valor simbólico e prático no dia a dia dos moradores. A dificuldade de deslocamento e a logística do território tornam mais difícil o acesso a outras áreas, o que contribui para uma percepção espacial mais localizada, diferente da dinâmica dos brigadistas.

Dessa forma, os moradores sabem que o território lhes pertence e conhecem o que existe nele, mas o sentimento de pertencimento se concentra nas áreas de uso cotidiano, aquelas que fazem parte direta de suas vivências. Para nós, geógrafos, esse tipo de leitura territorial é extremamente valioso, pois permite pensar a gestão do território de forma integrada, considerando as dinâmicas e particularidades de cada comunidade.

Em cada dinâmica, cada pessoa revela o que o território representa para si, conforme seu entendimento de gestão. A junção desses saberes e particularidades permite construir uma visão ampliada de gestão territorial, uma gestão que respeita o “todo”, mas que emerge da diversidade: de cada uso, de cada vínculo, de cada forma de pertencer.

Outra característica recorrente no processo é a formação de grupos temáticos, nos quais o saber e a experiência de cada um são mobilizados para refletir sobre a gestão territorial. Ao longo das oficinas, esses saberes são compartilhados continuamente, pois pensar o futuro do território é uma responsabilidade coletiva.

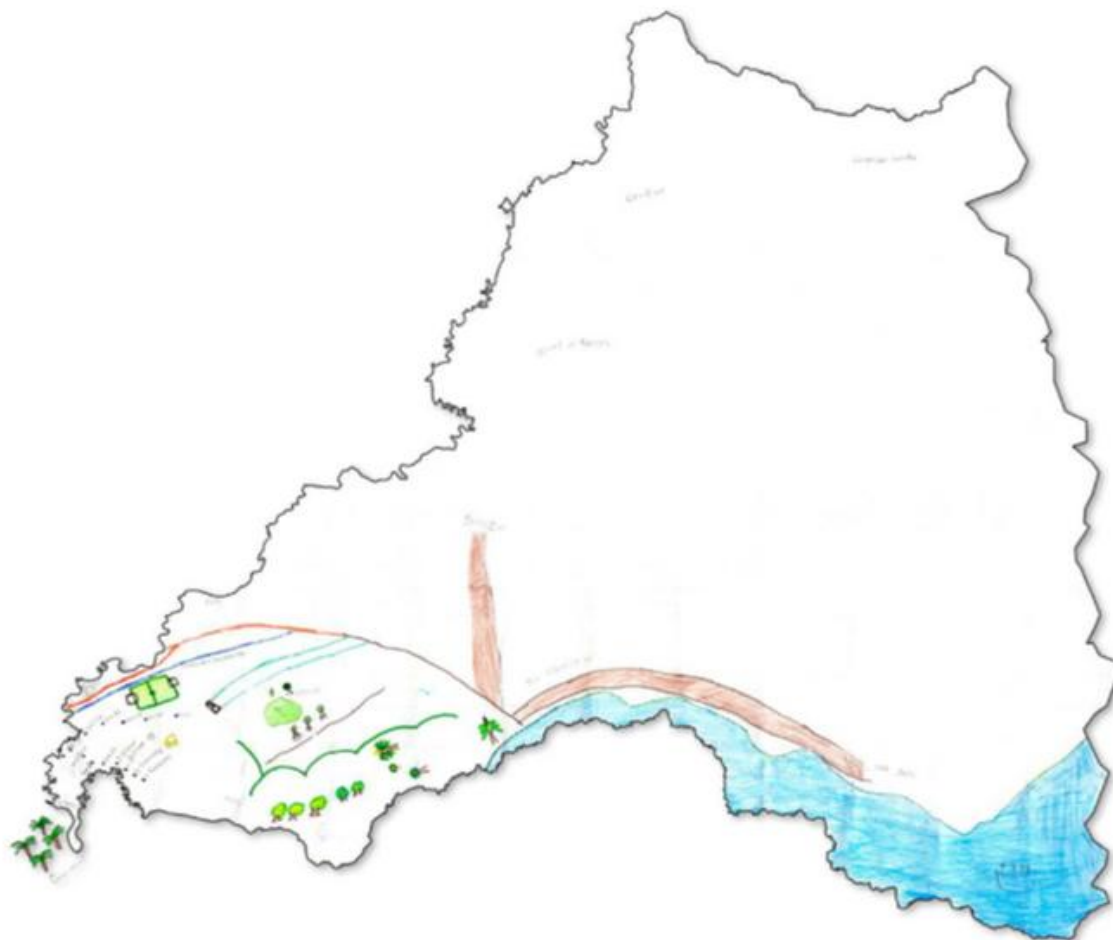
Aliás, não se pode pensar o futuro sem considerar o passado. A importância dos anciãos é amplamente reconhecida nesse processo, pois são eles que transmitem a história e as vivências de cada área, revestindo de sentido o planejamento construído pelas comunidades.

Figura 6 – Etnomapa TI Kadiwéu - Aldeia Alves de Barros



Fonte: Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu (2022, p. 22).

Figura 7 – Etnomapa TI Kadiwéu - Aldeia Barro Preto



Fonte: Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu (2022, p. 24).

É importante frisar que, atualmente, a própria comunidade tem solicitado o uso da metodologia de planejamento territorial, e o etnomapeamento tem sido empregado para refletir sobre outras ações — inclusive no mapeamento de áreas destinadas às queimas prescritas. Percebemos que essa forma de pensar o território favorece a participação coletiva, estimulando os moradores a desenharem juntos, dialogarem entre si e, principalmente, a planejarem e pactuarem ações voltadas às suas aldeias e, por consequência, a todo o território. Trata-se, sem dúvida, de uma ferramenta de gestão extremamente eficaz.

Na construção do Plano de Etnoturismo, o “Plano de Vida” foi tomado como base, por ser o documento que orienta as ações territoriais e expressa, hoje, os desejos do povo Kadiwéu. Inicialmente, busquei compreender o que a comunidade já havia planejado e registrado no documento de gestão; a partir disso, iniciei uma série de diálogos com os moradores, para entender de que forma eles desejavam construir esse novo plano.

Esse processo teve duração aproximada de um ano, envolvendo diversos atores sociais, tais como representantes da Funai, juventude, anciãos, mulheres, ceramistas, lideranças comunitárias... Cada pessoa trazia consigo uma ideia sobre como trabalhar o tema do etnoturismo.

Com o tempo, os diálogos tornaram-se mais claros e profundos, até que se chegou ao momento da elaboração do etnomapa. Agora, com um entendimento mais amadurecido em relação ao planejamento e à implementação de projetos, a própria comunidade se organizou para a oficina e trouxe para o papel (ou melhor, para o etnomapa) o formato de etnoturismo que deseja implementar no território.

2.2.3 *Organização Internacional do Trabalho (OIT 169)*

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho foi convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho, reunindo-se em 7 de junho de 1989, em sua septuagésima sexta sessão.

No Brasil, a Convenção foi promulgada como legislação em 19 de abril de 2004, por meio do Decreto nº 5.051/2004. Essa norma prevê a definição dos povos indígenas e tribais e estabelece a obrigação, por parte dos Estados, de “reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais e religiosas desses povos”, conforme destaca o Governo Federal.

É importante ressaltar que esse decreto determina que, para todo e qualquer projeto, programa ou instalação a ser realizado em territórios indígenas, as comunidades envolvidas devem ser previamente consultadas e devem aprovar a iniciativa. Essa exigência é uma das ferramentas mais relevantes atualmente no sentido de fortalecer o diálogo e a participação das instâncias de governança indígena. Embora a prática da consulta ainda apresente falhas em sua aplicação efetiva perante os povos originários, ela representa um avanço no reconhecimento da autonomia e da governança desses povos sobre seus territórios, buscando reduzir os impactos negativos sobre seus modos de vida.

Esse destaque é fundamental também no contexto desta pesquisa, pois a consulta à comunidade foi devidamente realizada, garantindo que todos estivessem cientes das ações em desenvolvimento, mesmo que a própria proposta tenha partido da comunidade. A realização dessa consulta é também um exercício ético de atuação em terras indígenas, e seguir tais diretrizes reforça uma dinâmica de respeito mútuo. Além disso, contribui para que, nas ações futuras, as próprias comunidades insistam na observância desse direito.

2.2.4 *Manual de ecoturismo indígena*

O manual foi um guia desenvolvido pelo governo brasileiro no ano de 1997, com o objetivo de orientar comunidades interessadas em iniciar processos de implantação do turismo em seus territórios. Por meio deste documento, busca-se compreender qual era a dinâmica inicialmente proposta pelo governo brasileiro para essas iniciativas (Brasil – Ministério do Meio Ambiente – MMA; Instituto Ecobrasil, 1997).

Desde então, outros documentos, com novas metodologias, foram elaborados para orientar a atuação desses povos, assim como instrumentos internos desenvolvidos por diferentes comunidades passaram a ser implementados e aperfeiçoados. Ainda assim, a análise do primeiro manual continua relevante, pois permite caracterizar as transformações ocorridas ao longo do tempo e, principalmente, avaliar sua aplicabilidade prática nas comunidades indígenas.

2.2.5 *Convenção de Ramsar*

Essa é a Convenção sobre Zonas Úmidas, em vigor desde 21 de dezembro de 1975, e incorporada ao arcabouço legal brasileiro em 1996, por meio do Decreto nº 1.905/1996. Foi criada inicialmente com foco na conservação das zonas úmidas e das aves migratórias. Posteriormente, passou por reavaliações que ampliaram seu escopo, incorporando a conservação e o uso sustentável dessas áreas, incluindo a participação das comunidades tradicionais e indígenas que nelas vivem.

Atualmente, a Convenção de Ramsar conta com 170 países signatários e 2.403 sítios designados. Nesse contexto, a convenção busca assegurar que “os benefícios destas áreas contribuam para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/Agenda 2030 da ONU), das Metas de Aichi para a Diversidade Biológica, do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, dentre outros tratados internacionais conexos” (Cunha; Junk, 2022, p. 5).

Segundo De Oliveira Ferreira (2022), ao abordar as questões jurídicas relacionadas à proteção das comunidades, apresenta um forte enfoque na proteção da biodiversidade, destacando a importância de estabelecer relações com os princípios do desenvolvimento sustentável. Esse aspecto reforça a consideração das dimensões sociais que envolvem as comunidades tradicionais e indígenas que habitam essas áreas.

Assim, as práticas de manejo territorial realizadas pelas comunidades tradicionais do Pantanal devem ser interpretadas à luz da Convenção de Ramsar, que pode ser utilizada como ferramenta de apoio na defesa dos direitos territoriais e na conservação da biodiversidade local.

2.2.6 Autoetnografia

Para o desenvolvimento desta dissertação, utilizou-se a autoetnografia como abordagem metodológica. Dada a experiência de trabalho com a comunidade, pretende-se, a partir dessa perspectiva, apresentar uma percepção local sobre o território e as questões relacionadas ao modo de vida da população envolvida.

Gama, Raimondi e Barros (2021) ressaltam que o uso da escrita de si, por meio da narração de experiências vividas, é uma prática que sempre existiu. Destacam, ainda, que autoras feministas e mulheres negras têm recorrido a essa forma de escrita como estratégia para iluminar aspectos significativos de suas vidas, histórias e ancestralidades. Os autores citam a escritora Conceição Evaristo (Gama; Raimondi; Barros, 2021, p. 3), que propõe o termo “escrevivência” para se referir àquilo que nos propomos a fazer nesta dissertação, entendida, por Evaristo, como “a escrita de um corpo que pode ser compartilhada ou (re)conhecida socialmente a partir de recortes sociais específicos”.

Ainda segundo Gama, a autoetnografia é uma forma de pesquisa qualitativa que parte da análise crítica das experiências pessoais para refletir sobre práticas sociais mais amplas, sendo, portanto, autobiográfica, mas também uma metodologia e uma proposta teórico-conceitual de investigação acadêmica.

É importante delimitar que, embora tenha semelhanças com a etnografia, a autoetnografia não se confunde com ela, embora ambas façam parte do mesmo campo metodológico. Suas principais convergências residem no fato de que o pesquisador deve estar próximo da comunidade pesquisada, realizar trabalho de campo extenso e conduzir uma pesquisa de natureza exploratória, com base em dados não estruturados.

Para Santos (2017), o método autoetnográfico consiste no reconhecimento e na inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do objeto de pesquisa quanto no seu desenvolvimento. Esse processo incorpora recursos como a memória e as histórias de vida, mas também elementos relacionais, como a experiência e a troca com outros sujeitos, os quais moldam toda a construção do trabalho e a vivência relacionada à investigação.

Dito de outra maneira, o que se destaca nesse método é a importância da narrativa pessoal e das experiências dos sujeitos e autores das pesquisas, o fato de pensar o papel político do autor em relação ao tema, a influência desse autor nas escolhas e direcionamentos investigativos e seus possíveis avanços (Santos, 2017, p. 219).

Assim, a partir da vivência no Território Kadiwéu e da proximidade com o processo de planejamento territorial junto às lideranças, abordarei, ao longo desta dissertação, como percebo as condições do território para o desenvolvimento do etnoturismo, com base nos documentos anteriormente citados e no produto que a própria comunidade vem construindo em torno da dinâmica de recepção turística na aldeia São João.

3 APORTES TEÓRICOS

3.1 Os Kadiwéu: sua história no contexto fronteiriço

Segundo Paixão (2006), ainda hoje o termo *fronteira* apresenta uma conceitualização confusa e, frequentemente, é abordado pelo viés tradicional, baseado em definições dicionarizadas, que a tratam como a extremidade de uma região ou mesmo um país que se defronta ou limita com outros territórios.

Outros órgãos consideram o termo *fronteira* ainda com um significado genérico e relativo a uma região ou faixa de território abrangente e que por isso difere-se do limite que tem maior exatidão empírica e pragmática na definição de qualquer terreno ou território (Paixão, 2006, p. 46).

Para Oliveira (2005), quando se trata da noção de *fronteira*, deve-se considerar as diferenças que esses ambientes têm em relação a outras regiões do país, aqueles mais centralizados, com destaque sobre as especificidades e a organização particular próprias das regiões fronteiriças. É comum observar que aspectos como o ir e vir das pessoas e a identidade local são pouco considerados, sobretudo quando se trata da gestão dessas áreas — espaços nos quais a cultura se conecta, se transforma e se expande.

Ainda segundo Oliveira (2005), regiões fronteiriças sustentam a atuação simultânea de duas lógicas, uma global e outra local, que se complementam. Assim, há uma necessidade aflorada de convivência, reconhecimento e respeito, pois cada qual convive com as diferenças, sejam elas legais, sejam culturais ou comportamentais de cada país.

De acordo com a Lei nº 6.634/1979, a faixa de *fronteira* compreende uma área de 150 quilômetros em linha paralela à divisória internacional dos países, sendo ela de suma importância para a segurança nacional, por ser uma zona onde são desenvolvidas ações contínuas voltadas à imposição de barreiras e limites nas relações entre os países vizinhos.

No entanto, essa região tende a receber pouca atenção por parte do Estado. A negligência em relação às faixas de *fronteira* afeta diretamente a vida das populações que ali habitam, diante da ausência de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, ao desenvolvimento sustentável e ao atendimento de direitos básicos, como saúde, educação e segurança. Esses serviços, conforme destacam Gadelha e Costa (2005, p. 28), costumam ser ineficientes diante das especificidades locais e pouco considerados nas agendas dos governantes.

Segundo Machado (2006), ainda que exista uma preocupação nacional com a segurança nessas áreas de fronteira, essa preocupação pouco se traduz em políticas públicas para essas áreas, tanto do ponto de vista econômico quanto da cidadania fronteiriça.

Os Estados encontram-se, portanto, diante da necessidade de ajustar suas políticas públicas à ‘permeabilidade’ das fronteiras e, ao mesmo tempo, fomentar a articulação da Faixa de Fronteira às outras regiões do país, diante do fato dela estar situada à frente do processo de integração sul-americana (Machado, 2006, p. 52).

Sobre o tronco familiar dos Kadiwéu, os Guaikuru, e a sua distribuição ao longo da faixa fronteiriça entre Brasil, Paraguai e Bolívia, recorremos a Silva (2014), historiador e importante pesquisador que esteve inserido entre o povo Kadiwéu durante vários anos. O autor destaca a permanência dos indígenas Guaikuru no que conhecemos como *Gran Chaco* Paraguaio, uma planície cuja extensão é de cerca de 700.000 km², com características geográficas marcantes.

O Chaco é uma extensa planície circundada, a oeste, pelas montanhas subandinas; a nordeste, pelas serras e morros baixos ao final do maciço central brasileiro e pelas serras de San José e San Carlos. Ao Leste, é limitado pelo rio Paraguai, e, ao sul, pelas serras de Córdoba e Gauyasán. Os principais rios que cortam o Chaco são o Pilcomayo, o Bermejo e o Salado, todos com nascentes nos Andes e afluentes do rio Paraguai (Silva, 2014, p. 39).

Ainda segundo Silva (2014), o grupo indígena que mais resistiu à presença ibérica na região do Chaco foram os Mbayá-Guaikuru. Seu porte físico, o profundo conhecimento do território e a forma de organização garantiram sua resistência, especialmente após a introdução do cavalo europeu na região, entre os séculos XVI e XVII. O domínio do cavalo conferiu aos Mbayá-Guaikuru o título de “indígenas cavaleiros”, pela notável habilidade no manejo do animal, algo que ampliou seu poder de deslocamento territorial, ofensiva militar e captação de cativos para compor seu grupo.

O autor destaca que, durante o século XVIII, houve diversas repressões a esses povos, promovidas principalmente por portugueses e espanhóis, diante da resistência indígena ao sistema colonial. A descoberta de metais preciosos na região de Cuiabá atraiu o interesse de diferentes grupos indígenas e não indígenas, que formaram alianças para atacar comboios fluviais que transitavam pela região. Essas alianças fortaleceram ainda mais os Mbayá-Guaikuru, tornando-os temidos entre os colonizadores.

A busca por vantagem na exploração mineral recém-descoberta voltou os olhos do governo para essa região, contribuindo para a intensificação da rota de escoamento do garimpo

de Cuiabá até São Paulo. Com isso, a malha hidrográfica local passou a ter importância estratégica no trânsito de mercadorias e no processo de ocupação territorial da época.

Muitos conflitos ocorreram na região, marcados por ataques dos indígenas cavaleiros aos comboios portugueses que ali circulavam, ora contra os colonizadores espanhóis, que insistiam em adentrar essa extensão fronteiriça, ora contra grupos de exploradores, sempre por meio de investidas que resultaram em feridos e mortos em combate.

Diante da gravidade da situação e temendo o poder militar dos indígenas cavaleiros, o governador da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, enviou um grupo com o objetivo de estabelecer aproximação com os indígenas. Certamente, os planos iam além de uma simples aliança: visavam prevenir novos ataques e, sobretudo, garantir o controle e a proteção daquela região estratégica, já que contar com os temidos “índios guerreiros” ao lado português representava uma vantagem significativa. Em 1791, foi firmado um *Termo de Perpétua Paz e Amizade*, no qual os indígenas reconheciam a soberania dos reis portugueses, mas asseguravam a posse de um extenso território e estabeleciam uma “aliança para suas guerras” (Silva, 2014, p. 82).

Durante a Guerra contra o Paraguai, Silva (2014) aponta que essa parceria trouxe muitos benefícios ao Brasil, já que os indígenas (não apenas os Guaikuru, mas também os Terena) mantiveram-se ao lado brasileiro, sendo sua atuação crucial para a vitória nacional e para a conquista territorial. Para o autor, a guerra foi profundamente prejudicial aos povos indígenas, que perderam muitas pessoas de seus grupos, o que desestruturou não apenas sua organização social, mas também aspectos fundamentais de sua cultura.

Após 1870, a fronteira oeste foi oficialmente aberta, e teve início um período de mobilização e incentivo à ocupação da região pelo governo imperial. Esse processo impulsionou um fluxo migratório significativo, sendo o cultivo da erva-mate a principal atividade econômica naquele momento. Do ponto de vista histórico, para compreender o processo de formação territorial no qual os Kadiwéu participaram ativamente – marcando presença estratégica nas áreas de fronteira e atuando na proteção da região durante o pós-guerra –, é necessário retomar os conceitos de fronteira.

Machado (2006) considera essas áreas como produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas quanto promovidas. A zona de fronteira é o espaço-teste de políticas públicas de integração e cooperação, espaço-exemplo das diferenças de expectativas e transações do local e do internacional, e espaço-limite do desejo de homogeneizar a geografia dos Estados Nacionais.

Para os Kadiwéu, um grupo que carregou a responsabilidade de proteger essa área e que, dados os fatos históricos, sempre sofreu grande pressão, permanecer fechado por anos foi estratégico. Porém, na década de 1980, grande pressão referente aos arrendamentos de terra ocorreu, alterando novamente a forma de vida desse povo. Desde então, um longo caminho se iniciou, com a procura dos Kadiwéu por melhorias em suas aldeias, seu monitoramento ambiental e a busca por projetos que gerassem renda para a comunidade.

Em 2018, com o planejamento territorial sendo desenhado pelas comunidades e com o pensamento de novos fluxos para esse território, o etnoturismo voltou à pauta dos Kadiwéu como uma ferramenta de impulso para a renda local.

Segundo Paixão (2006), ao abordar o turismo de fronteira – tema base desta pesquisa-, deve-se atentar para a geografia de Mato Grosso do Sul, estado com um expressivo número de municípios que fazem fronteira com outros países e mantêm uma dinâmica movimentada, com destaque para uma articulação e movimentação fronteiriça intensa.

Oliveira (2000) e Paixão (2006), ambos ao refletirem sobre a dinâmica na fronteira, denominam a extensão de aproximadamente 1.500 quilômetros como “fronteira mesopotâmia”, onde as cidades desenvolveram suas singularidades e obedecem a combinações muitas vezes distantes das leis estabelecidas. Nesses casos, pautam-se na modalidade de circulação da natureza, na maioria das vezes informal, baseada nas estruturas sociais e políticas locais.

Para Oliveira (2000), na fronteira existe essa heterogeneidade de fluxos que desrespeita e desafia os limites legais, situada na organização de parentesco e de sobrevivência, fazendo desses limites barreiras invisíveis.

Paixão (2006) aborda as regiões que classifica como “fronteira mesopotâmia” como locais de economia informal, com pouca intervenção ou atuação do Estado, sendo vistas como espaços frequentemente associados ao contrabando, ao crime organizado e ao narcotráfico. Essas formas de representar as regiões fronteiriças, especialmente em Mato Grosso do Sul, foram, por anos, reproduzidas e repercutiram significativamente na criação e divisão do estado. A cidade de Porto Murtinho e outras que fazem fronteira com o Paraguai, como Bela Vista, Coronel Sapucaia, Mundo Novo, Paranhos e Ponta Porã, ficaram por muito tempo reconhecidas como regiões de criminalidade.

Como abordaremos o etnoturismo em um espaço fronteiriço, devemos nos atentar para diversas questões, como as políticas de mobilidade, as particularidades culturais e o histórico de ocupação, aspectos estes que ganham especial relevância ao se tratar da história do povo Kadiwéu. Dessa forma, torna-se indispensável considerar os fluxos turísticos nessa fronteira e as preocupações relacionadas justamente a essas pluralidades.

Nesse ínterim, recorremos novamente a Paixão (2006), que salienta a ausência de uma globalização hegemônica nas áreas periféricas e fronteiriças, como as regiões Brasil–Paraguai e Brasil–Bolívia, próximas ao território Kadiwéu. Segundo o autor, o Estado enfrenta grandes dificuldades para garantir a efetividade de suas ações em regiões turísticas de fronteira, diferentemente de outros setores ali instalados (como indústrias e comércios) que, apesar de ignorarem boa parte dos desafios enfrentados pelo turismo, conseguem manter-se com mais solidez nessas áreas.

3.2 Território e a territorialidade: a importância de uma gestão planejada

Para Saquet (2007), o processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por uma dinâmica constante, que se materializa na vida cotidiana e no próprio território, sendo tudo isso estruturado a partir do tempo histórico e de múltiplas simultaneidades. Ao tratar do Território Indígena Kadiwéu e de sua localização, é fundamental destacar a constituição desse território e os fatores que levaram à sua consolidação.

Quando o território foi formado, como consequência da Guerra contra o Paraguai, observou-se, acima de tudo, uma aliança vantajosa entre o governo brasileiro e os Kadiwéu. Com a finalidade de garantir a segurança nacional na região de fronteira, tal parceria foi estabelecida, e o governo brasileiro pôde contar, mais uma vez, com a atuação dessa população indígena na proteção da área, dado o receio constante de invasões nessa região, ainda fragilizada e impactada pelo contexto pós-guerra.

Santos (2005), ao discutir os conceitos de território, desenvolve uma abordagem crítica amplamente utilizada na Geografia como instrumento para analisar as relações de poder envolvidas na construção e apropriação dos territórios. Para o autor, o território é uma construção social, resultado das interações entre os diferentes atores sociais e suas práticas espaciais.

Haesbaert (2007), por sua vez, enfatiza a importância de compreender o território como um fenômeno em constante transformação. O ordenamento territorial seria, assim, o resultado das práticas e disputas entre os diversos sujeitos sociais que nele habitam ou atuam. Já para Saquet (2022), os territórios derivam de relações espaço-tempo nas quais se destaca uma dimensão mais intrínseca: a relação entre sociedade e natureza. Nela estão presentes contradições, rupturas e singularidades, elementos que revelam o modo de organização específico das populações que habitam esses espaços.

Segundo Raffestin (2009), a formação territorial foi modificada com o passar do tempo e, com exceções, não se tem mais uma ideia precisa da floresta nativa, das desagregações, dos campos, dos becos e das cidades. Aqui, abrimos um parêntese para refletir sobre a condição atual da natureza, sobretudo em territórios com governança efetiva voltada à conservação ambiental.

Esses territórios, em sua grande maioria, estão sob a gestão de povos indígenas e comunidades tradicionais, e torna-se cada vez mais necessário o uso de ferramentas de gestão territorial a fim de manter essas áreas preservadas, ou, ao menos, garantir que haja uma planificação que evite a instalação desmedida de processos externos.

Stürmer e Costa (2017), ao abordar os conceitos de território no campo da Geografia, destacam a simples imagem do território como “uma apropriação simbólica do espaço como forma primária do território” (Stürmer; Costa, 2017, p. 51). Esse pressuposto, segundo os autores, permite pensar a territorialidade que emerge com a ocupação do espaço – seja ela esporádica ou contínua – por indivíduos ou coletividades.

Assim, ao tratar do Território Indígena Kadiwéu, é necessário compreender o conceito de território não apenas pelo fato de haver um espaço ocupado, com atores que exercem poder sobre ele, o que se expressa claramente na governança local, mas também pela profundidade do sentido de pertencimento que esse povo mantém em relação ao lugar. Trata-se, portanto, de sua territorialidade.

Com frequência, observamos nos documentos estatais o uso do termo “Terra Indígena” para designar tais espaços. Neste caso, é relevante recorrer à antropologia, que frequentemente distingue os termos “Terra” e “Território” no tratamento de temas indígenas. Para Gallois (2004), essa diferença está intrinsecamente ligada às perspectivas e aos atores envolvidos no processo de demarcação. Enquanto “Terra” se refere ao aspecto político-jurídico conduzido pelo Estado, “Território” vai além: remete à vivência, às variáveis culturais, aos modos de vida e à relação entre o povo e a área que habita.

No caso do Território Kadiwéu, consideram-se as relações estabelecidas no espaço delimitado pelos próprios habitantes, com regras de organização ora claras, ora informais, mas que sustentam sua dinâmica territorial ao longo dos anos, desde sua formação.

É igualmente necessário destacar a identidade dessa população com o território, uma ligação que antecede, em muito, sua delimitação oficial. Ressaltamos esses aspectos justamente para justificar o uso do termo “território” e não “terra” neste contexto, especialmente considerando a abordagem sobre planejamento territorial, governança, uso coletivo e formas de organização comunitária, ou seja, sua territorialidade.

Stürmer e Costa (2017) reforçam que, ao se pensar o território em articulação com planos de desenvolvimento, ações governamentais e planejamento territorial, evoca-se o processo de territorialização, considerando o território como uma construção definida pela relação entre espaço, atores e poder.

Segundo Do Espírito Santo (2016), ao refletir sobre a gestão de um território, especialmente em contextos fronteiriços, como é o caso do Território Indígena Kadiwéu, é fundamental analisar o uso que os moradores fazem dessas áreas e considerar suas vivências. O olhar de quem irá gerir o território é de suma importância, ou seja, é essencial compreender como se configura e se expressa a governança local.

Ainda segundo Do Espírito Santo (2016), os territórios, concebidos como espaços de identidade, de relacionamentos, de encontros e diálogos, são também palco de elementos materiais e imateriais, nos quais práticas compartilhadas assumem papel central. Assim, o Território Kadiwéu, com seis aldeias distribuídas em uma área de aproximadamente 538 mil hectares, mantém em sua dinâmica o modo de vida dessa comunidade, cuja organização molda o uso do território. Cada aldeia possui suas particularidades, mas todas exprimem uma forma de organização comum e articulada.

Para Haesbaert (2007), a territorialidade não se restringe à delimitação física de um espaço: ela abrange dimensões simbólicas, identitárias e políticas, revelando as relações de poder e controle estabelecidas sobre determinadas áreas. A territorialidade está, portanto, intrinsecamente ligada a questões sociais, econômicas e políticas, sendo também um instrumento de afirmação, disputa e até dominação.

No contexto geográfico, a territorialidade descreve a relação entre os seres humanos e o espaço físico que ocupam. Envolve a demarcação de fronteiras, a delimitação de áreas específicas para uso e controle e a relação entre as pessoas e os recursos naturais presentes nesses territórios.

No caso do Território Kadiwéu, observa-se a necessidade contínua de se pensar o ordenamento dessa área, esforço que vem sendo desenvolvido por meio de planejamento territorial fundamentado no documento de gestão “Plano de Vida”. No entanto, esse processo é historicamente ancorado nas formas de gestão interna das lideranças comunitárias, que sempre exerceram papel essencial na organização territorial.

Para compreender essa territorialidade específica, recorreremos a Saquet (2022), que afirma:

A territorialidade é cotidiana e efêmera, histórica e duradoura; nela há heterogeneidade e simultaneidade, movimento transtemporal e sobreposições, cruzamentos e “nós” (i) materiais, juntamente com sucessões e fases, resistências, lutas (entre [as] e “dentro” das classes sociais e enfrentamentos feitos na práxis (des-contínua) em diferentes situações de apropriação, resumidas em dois níveis: como dominação controle, propriedade, posse, parcelamento delimitação resistência, gestão etc., feitos direta ou indiretamente, de maneira próxima ou distante espacialmente ou como uso, manejo, interferência na natureza (interior ou exterior ao homem) e no espaço construído por meio dos distintos conhecimentos, técnicas e tecnologias, reproduzindo-se, constantemente, os tempos-espacos-territórios (Saquet, 2022, p. 52).

Os planos de gestão territorial surgem a partir do paradigma de fortalecer o diálogo entre comunidades indígenas ou tradicionais e o poder público, tendo em vista as visíveis dificuldades de compreensão, por parte do Estado, sobre as formas próprias de organização desses povos.

Siqueira Jr., Sousa e Almeida (2016) destacam a importância da gestão territorial para os povos indígenas. Em primeiro lugar, há ênfase no papel da terra e dos territórios como elementos fundamentais para a garantia da sobrevivência física e cultural dessas populações. Outro ponto importante refere-se às oportunidades que essas comunidades vêm identificando diante de novos desafios, tendo a gestão territorial como um articulador estratégico de soluções.

Além disso, destaca-se o engajamento de diversos setores, como organizações do Terceiro Setor, a própria Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), tanto em suas instâncias regionais quanto nacionais, e o Ministério dos Povos Indígenas, que têm fomentado debates e práticas voltadas à gestão territorial. Essas ações podem auxiliar as causas indigenistas e contribuir para o planejamento dessas áreas, promovendo um entendimento comum sobre os caminhos necessários para sua consolidação.

Ainda segundo Siqueira Jr., Sousa e Almeida (2016), os territórios indígenas abrangem locais de significado especial, que devem ser conservados e preservados, especialmente nos casos de áreas ainda intocadas, a fim de garantir a transmissão cultural e simbólica entre as gerações.

Segundo Machado (2006), essas comunidades passam por constantes processos de construção e reconstrução identitária, uma vez que tais processos não ocorrem de forma linear. Trata-se de um movimento marcado por contradições e ambiguidades, que se transforma ao longo do tempo sem, contudo, perder sua essência. Em muitos casos, tais mudanças são necessárias para traduzir as vozes e necessidades que emergem nos territórios, ajustando-se às realidades locais. Machado chama atenção para o fato de que esse pode ser um processo

complexo, pois envolve disputas em torno da identidade, que podem ser facilitadas ou dificultadas de acordo com as condições sociais em que se desenvolvem.

Portanto, processos que estimulem a comunidade a refletir continuamente sobre melhorias na gestão de seus territórios, considerando as mudanças cotidianas, podem resultar em ferramentas eficazes de proteção, monitoramento e fortalecimento da governança local. Isso contribui para que as comunidades respondam de maneira mais eficiente às pressões externas enfrentadas no dia a dia.

Neste trabalho, será utilizado como base o “Plano de Vida” do Território Indígena Kadiwéu, versão revisada (2022) considerado aqui como um documento orientador da gestão territorial. Além disso, pensar em ferramentas que colaborem para a geração de renda faz parte integrante desse processo, sobretudo no contexto de implementação do Plano. Contudo, para que isso ocorra de forma consistente, é fundamental o entendimento aprofundado do território e de suas territorialidades, as quais se expressam diretamente nos modos de vida comunitária.

3.3 Etnicidade e a forma de vida no território Kadiwéu

Segundo Oliveira, a “etnicidade é uma formação social e um aspecto de interação em que ambos os níveis sistêmicos podem ser compreendidos de forma simultânea, e ainda com diferenças étnicas que envolvem também diferenças culturais, as quais possuem impacto sobre a natureza das relações sociais” (2000, p. 8).

Ao tratar da etnicidade, estamos nos referindo ao que conduz a identidade étnica e que atua estrategicamente na dinâmica dessas relações, também demarcadas sob o ponto de vista dos movimentos que ocorrem em um território e suas fronteiras.

Assim, “a etnicidade utiliza o conteúdo simbólico da identidade étnica com o objetivo de gerar laços solidários e interesses comuns”. Acrescentam ainda que ela “pode ser relacionada a situações, lugares e objetos” e, mais do que isso, “a eventos que contribuam para que sentidos e valores possam ser compartilhados, agenciando sinais diacríticos e pertencimentos” (Oliveira e Santana, 2019, p. 95).

Ainda segundo Oliveira e Santana (2019), no campo das pesquisas sobre etnicidade, foram realizados diversos estudos voltados às questões atuais e pertinentes sobre os povos indígenas, os quais evidenciam o contexto contemporâneo de diversidade cultural e de compreensão de mundo desses povos, que estiveram no foco desses trabalhos ao longo do período analisado.

Compreendendo essas diferenças que permeiam a formação, a existência e os modos de vida dos povos indígenas, refletiremos sobre o contexto do Território Kadiwéu frente à dinâmica indigenista aplicada no Brasil e de que forma essa política tem chegado a esse povo, especialmente na atualidade.

Os Kadiwéu, uma nação que tem mantido seu território, sua cultura e identidade como os “índios guerreiros”, têm, nos últimos anos, despertado uma nova dinâmica de luta, agora baseada no fortalecimento da gestão territorial e no estabelecimento de parcerias para além do próprio território. Reflexo disso é o “Plano de Vida” do Território Indígena Kadiwéu, documento que facilita o diálogo com o poder público, mas que também responde a questões de impacto direto à comunidade, como a ausência de uma dinâmica eficiente de comunicação e de respostas adequadas aos seus problemas cotidianos, lacunas provenientes das próprias legislações que deveriam proteger essas comunidades.

Segundo Athias (2018), ao citar a Constituição Federal de 1988, entende-se que a Funai, no contexto pós-constitucional, passou por um processo importante de reestruturação, deixando de atuar como um órgão tutelar para se tornar uma instituição que reconhece os “direitos originários” dos povos indígenas. Ainda segundo o autor, esse momento representa um marco fundamental na legislação e nos estudos voltados às causas indigenistas.

Athias (2018) também destaca que esse novo paradigma no tratamento dos povos indígenas e de sua ocupação pelo território nacional surge em resposta à histórica invisibilização dessas populações, especialmente durante o movimento “nativista”, no qual poetas e escritores – distantes da realidade indígena – passaram a retratá-los como figuras do passado, como se não mais existissem. Essa representação contribuiu para a negação de sua presença e apagamento de suas lutas. Por isso, é fundamental compreender os enfrentamentos históricos desses povos para entender o contexto atual, que ainda é marcado pela tentativa de romper com essa invisibilidade, além da luta contínua pelo direito à terra e à preservação dos modos de vida.

Infelizmente, a invisibilidade dos povos indígenas ainda é recorrente no Brasil e o caso do povo Kadiwéu não foge a essa realidade. Hoje, a luta não é apenas por território, mas pelo reconhecimento e pela presença ativa na sociedade: que não sejam lembrados apenas em datas comemorativas, mas considerados em todas as agendas que envolvem melhorias nos modos de vida e na garantia de direitos básicos, como saúde e educação.

Segundo Ribeiro (2022), ao tratar do processo de colonização na América do Sul, observa-se a existência de marcas profundas que atravessam e ainda hoje permeiam a vida dos povos indígenas. Marcas de violência em múltiplas dimensões, sejam físicas, simbólica,

institucional, que se expressam nas relações cotidianas e na lógica de dominação. Essas relações não apenas definiram o vínculo entre colonizador e colonizado, mas perpetuaram dinâmicas assimétricas entre os próprios povos, que continuam presentes, mesmo após séculos de colonização. O autor também destaca que, como consequência de toda essa opressão, emerge o estigma de que “todos os colonizados seriam naturalmente os inferiores” (Ribeiro, 2022, p. 37), o que tem gerado impactos recorrentes, inclusive nas formas como os próprios grupos étnicos se relacionam entre si.

Ainda, de acordo com Ribeiro (2022), os povos indígenas sofrem racismo de forma constante, independentemente da localidade em que vivem, da situação de seus territórios ou dos modos de vida que praticam.

Ao trazer essa realidade ao contexto do povo Kadiwéu, observa-se que, historicamente, permanecem em seus territórios e apenas recentemente têm estabelecido parcerias com povos e instituições fora de seus limites. Entretanto, não são raros os relatos sobre o tratamento discriminatório enfrentado quando precisam levar suas demandas para fora do território. Esse quadro evidencia que o trabalho de fortalecimento da gestão e do empoderamento das comunidades indígenas perpassa por fatores históricos de preconceito e resistência, bem como pelos desafios internos que, em determinados momentos, contribuem para a desestruturação dos próprios sistemas de governança.

Outro ponto importante abordado por Ribeiro (2022) refere-se ao conhecimento e ao reconhecimento como temas centrais nos estudos sobre etnicidade. O reconhecimento, em especial, é tratado como um conceito que, na prática, confere valor social ao indivíduo ou ao grupo reconhecido.

Quando tratamos de reconhecimento no contexto das comunidades indígenas e tradicionais, trata-se de um elemento profundamente enraizado nessas culturas. Reconhecer-se como povo, reconhecer sua história, seu nome, sua cultura, suas tradições e seu território implica uma luta histórica, que vai desde a nomeação da ancestralidade, a afirmação da sobrevivência diante da violência colonial e do homem branco, até o fortalecimento da própria subjetividade coletiva, que, apesar de tudo, se reconhece, resiste e luta para transmitir esse legado às gerações futuras.

Para Ribeiro (2022), o preconceito sofrido pelos povos indígenas ainda é pouco abordado em pesquisas, mídias e debates públicos, sobretudo no que diz respeito ao racismo estrutural e às estratégias de seu enfrentamento. O autor destaca que o Estado contribui para a perpetuação desse problema ao negligenciar as pautas indígenas, ao restringir os espaços de expressão dessas comunidades e ao invisibilizar as lutas que enfrentam diariamente. Essa

invisibilidade institucional é, em muitos casos, legitimada por uma sociedade que ainda não reconhece plenamente a dignidade, a autonomia e os direitos desses povos.

Esse preconceito corrobora para que haja perdas irreparáveis a esses povos Ribeiro (2022) menciona essas lacunas principalmente no contexto urbano, onde ocorre, de forma crescente, um distanciamento das práticas culturais tradicionais, o que enfraquece o reconhecimento da identidade indígena. Segundo o autor, esse fenômeno se expressa, por exemplo, na redução de pessoas que se autodeclaram indígenas nos censos do IBGE, em especial entre aqueles que vivem em contextos de aldeamento urbano, muitos dos quais acabam sendo classificados ou se autodeclarando como pardos, e não mais como indígenas.

No contexto do Território Indígena Kadiwéu, que abriga uma população de aproximadamente 1.400 indígenas distribuídos em seis aldeias, é notável a saída constante de moradores das aldeias para os centros urbanos. Essa dinâmica se intensifica devido à escassez de oportunidades de geração de renda dentro do território, o que leva muitos Kadiwéu a buscar emprego em cidades próximas, como Bodoquena, Miranda e, principalmente, Bonito importante polo turístico da região.

Para os Kadiwéu, a questão do reconhecimento enquanto povo indígena está fortemente presente na cultura e na tradição, sobretudo entre aqueles que permanecem no território. Trata-se de ações que atravessam gerações, valorizando os modos de vida, a identidade e a continuidade cultural. Segundo o “Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu”, existe uma preocupação significativa na comunidade em “retomar” e fortalecer sua cultura, preservando tradições como a dança, a língua materna, a arte da cerâmica e a história local — elementos que reafirmam a força do povo Kadiwéu e a ligação com o território conquistado e mantido ao longo de gerações.

3.4 Etnoturismo: um novo olhar do povo Kadiwéu sobre seu território

Oficialmente as populações indígenas e tradicionais foram reconhecidas no Brasil pelo Decreto nº 6.040/2007, que fortalece seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. Para os fins deste Decreto, seu Art. 3º esclarece que se compreende por:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos tradicionalmente.

Inicia-se esta seção com a necessidade de destacar a ocupação histórica dos territórios brasileiros por povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como os usos e práticas desenvolvidos por esses grupos para o aproveitamento e o desenvolvimento sustentável de suas áreas. Conforme estabelece o Decreto nº 6.040/2007, cabe a essas comunidades definir as práticas que melhor se adequam aos seus modos de vida, aos usos de seus territórios e aos recursos naturais disponíveis, inclusive no que diz respeito à geração de renda local, desde que tais atividades estejam de acordo com seus interesses coletivos e respeitem os procedimentos legais.

Esse princípio dialoga diretamente com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante o direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) em projetos que envolvam áreas indígenas, assegurando que qualquer intervenção ocorra com plena anuência das comunidades envolvidas.

Considerando práticas que aliem sustentabilidade, baixo impacto ambiental e geração de renda, observa-se o crescimento na busca por projetos que envolvem formas alternativas de turismo, especialmente aqueles voltados ao turismo ambiental, ecológico ou comunitário, em áreas de comunidades tradicionais, indígenas e/ou unidades de conservação.

Ledhesma (2018), em sua obra, classifica os tipos de turismo com base nos objetivos dos turistas, identificando quatro grandes categorias, posteriormente subdivididas: turismo corporal, intelectual, material e ambiental. No caso do turismo corporal, o autor inclui o turismo de saúde, de gestação, sexual e o turismo ativo, sendo este voltado para o turismo de aventura e esportivo. No turismo intelectual, incluem-se as modalidades religiosa, educativa, gastronômica e virtual. O turismo material engloba o turismo de transferência, de negócios, empresarial e de luxo, este último voltado ao consumo e às compras.

Já o turismo ambiental, foco central desta pesquisa, abrange experiências relacionadas à natureza, ao social, à morte e ao universo, categorias que, segundo o autor, representam o desejo de aprofundar-se no sentir das experiências vividas: seja por meio de imersões, celebrações ou práticas etnográficas.

Para Ledhesma (2018), dentro do turismo ambiental insere-se também o chamado turismo social, modalidade que consiste no contato direto do turista com os residentes da comunidade visitada. Esse tipo de turismo pressupõe trocas culturais autênticas, e, em um de seus subtipos, o turismo etnográfico, busca-se conhecer as histórias, modos de vida, festas, celebrações, culinária, bebidas típicas e demais elementos que compõem o cotidiano simbólico e material desses povos. Ou seja, trata-se de vivenciar a realidade como ela é experienciada por essas comunidades.

Para Oliveira (2020), os apoios prestados no que tange aos trabalhos com turismo em comunidades indígenas são de suma importância para que estas consigam se organizar e estruturar tais iniciativas. Tais apoios contribuem significativamente para os processos de implementação, tendo em vista que, ainda hoje, muitas comunidades enfrentam dificuldades para colocar em prática ações em seus territórios, além de sofrerem pressões externas que interferem nesses processos.

A estruturação de um projeto de etnoturismo, como no caso do Território Indígena Kadiwéu, pode (e deve) auxiliar no desenvolvimento das comunidades, desde que adotado um modelo participativo e bem organizado, que permita o compartilhamento coletivo das responsabilidades, decisões e benefícios.

A instrução normativa que regulamenta projetos de etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas foi publicada em 11 de junho de 2015 pela Funai, como resultado de uma longa luta dos povos originários para exercerem o direito de promover o turismo em seus próprios territórios. Essa regulamentação está alinhada com os princípios da PNGATI, que garante aos povos indígenas o direito de desenvolver ações sustentáveis em suas terras, cabendo ao Estado o dever de apoiar esses projetos, desde o desenho até a definição de normas internas para recepção de visitantes e capacitação de moradores, tudo conforme as necessidades e os desejos das comunidades.

Segundo a FUNAI, o turismo tem sido explorado de forma irregular em diversas comunidades, aumentando o risco de exploração comercial, inclusive por parte de empresas de turismo que vendem pacotes de visitação a terras indígenas sem consultar ou envolver as populações locais. Nessas situações, a participação das comunidades no desenho de um plano de visitação é praticamente nula. Nesse sentido, o apoio governamental, quando efetivamente realizado, permite que o protagonismo seja, de fato, das comunidades.

No entanto, sabe-se que o desenvolvimento de um produto de etnoturismo exige expertise e um mapeamento aprofundado das dinâmicas internas, o que frequentemente dificulta a implementação por parte das próprias comunidades. Ainda que existam órgãos responsáveis por acompanhar e apoiar esses processos, há uma notória deficiência no atendimento às demandas, e os recursos chegam, muitas vezes, com atraso. Diante disso, a participação de outras instituições, como universidades, organizações não governamentais e entidades parceiras, é altamente valorizada, pois pode dinamizar e qualificar esses processos.

A partir de 2023, observa-se um fortalecimento das políticas de apoio ao desenvolvimento social em terras indígenas e de comunidades tradicionais, o que tem contribuído para mudar a dinâmica na construção de projetos de etnoturismo, permitindo que

as comunidades expressem com maior clareza aos órgãos públicos a forma como desejam conduzir o turismo em seus territórios. Além disso, a atuação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Ministério dos Povos Indígenas tem sido fundamental no apoio ao desenvolvimento dessas iniciativas, garantindo espaço para o fortalecimento da autonomia e da autogestão indígena.

Segundo fontes do Ministério do Turismo, em 19 de abril de 2023, foi lançado o projeto *Experiências do Brasil Original*, que, em parceria com ministérios como o dos Povos Indígenas, da Igualdade Racial e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, visa apoiar a estruturação de roteiros turísticos em comunidades indígenas e tradicionais em todo o país. Essa iniciativa, segundo os próprios ministérios envolvidos, pode facilitar a elaboração de diagnósticos, promover capacitações, apoiar a estruturação e a comercialização dos roteiros, além de inserir e divulgar cadeias produtivas locais, fortalecendo, assim, o turismo de base comunitária e o etnoturismo.

Para Oliveira (2020), projetos estruturados dessa natureza podem fortalecer a conjuntura local dos territórios, sobretudo quando articulados aos “Planos de Gestão Territorial e Ambiental”, contribuindo para a consolidação de ações nos territórios, o fortalecimento da gestão coletiva, a criação de laços entre comunidades e a promoção da qualidade de vida, uma vez que o desenvolvimento local passa a ser abordado de maneira mais integrada.

O mundo atravessou recentemente um período extremamente delicado, marcado pela pandemia da *Covid-19* entre os anos de 2020 e 2021, evento que transformou profundamente a dinâmica do turismo global. Com a necessidade do distanciamento social, cresceu a demanda por turismo de natureza, com turistas evitando aglomerações e valorizando formas alternativas de envolvimento com os territórios locais. Esse movimento resultou no fortalecimento de espaços e organizações comunitárias, criando oportunidades para o chamado turismo de vivência, que promove o conhecimento de novas culturas e a imersão em modos de vida próprios, dimensões que têm ganhado destaque crescente no cenário turístico nacional e internacional.

Segundo Oliveira (2020), os destinos etnoturísticos podem representar “espaços seguros” no contexto pós-pandemia. Ainda que os riscos sanitários tenham diminuído com o avanço da vacinação, essas áreas continuam a oferecer ambientes propícios para o turismo consciente, sustentável e imersivo, atraindo viajantes de todo o mundo, especialmente aqueles interessados no contato direto com a natureza e com culturas originárias.

No caso do Território Indígena Kadiwéu, que manifesta interesse em iniciar processos de planejamento para o etnoturismo em algumas de suas comunidades, o grande foco das

lideranças tem sido pensar como se organizar para atrair visitantes, aproveitando a proximidade com cidades de expressiva vocação turística, como Bonito, além do próprio Pantanal, que tem se consolidado, nos últimos anos, como um importante polo de turismo de natureza e aventura.

Para Mariani (2002), Bonito se destaca como uma importante área para o turismo, não apenas pelas suas águas cristalinas, resultado da formação rochosa cárstica, mas também pela conexão emocional do turista com a natureza. Frequentemente, os visitantes experimentam um sentimento de integração ao ambiente natural, diferente daquele vivenciado em seu cotidiano urbano. Uma ligação simbólica com o lugar é criada, motivando o retorno e atribuindo significados de pertencimento ao espaço visitado. Seja pela paisagem, pelas pessoas ou pelas emoções despertadas no contato com a natureza, todos esses elementos mobilizam e intensificam o desejo de retornar ao local.

Compreendendo a importância do turismo para a região, e não apenas em Bonito, mas em todo o Pantanal, observa-se um crescimento nos investimentos direcionados à área, assim como o surgimento de oportunidades voltadas ao desenvolvimento local. Tais fatores têm motivado e mobilizado comunidades a refletirem sobre formas de se inserirem nesse cenário, deixando de ocupar posições periféricas para se tornarem protagonistas nos projetos que as envolvem diretamente.

Segundo Mello Neto e Toppino (2019), o etnoturismo visa proporcionar que as comunidades que desejam atuar nessa área utilizem seus modos de vida, tradições e costumes como base para o desenvolvimento territorial, sempre sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, com foco na conservação ambiental e no respeito às populações locais. Os autores ressaltam, ainda, que nem todos os membros de uma comunidade terão interesse em participar desses projetos, o que exige uma gestão sensível e respeitosa à pluralidade interna.

Mello Neto e Toppino (2019) realizam uma análise específica sobre a implementação do etnoturismo na Amazônia brasileira, com todas as suas peculiaridades, mas cujos aprendizados contribuem de forma significativa para compreender os fundamentos do desenvolvimento sustentável em contextos comunitários. Para os autores, é necessária uma reformulação das políticas públicas, de modo a reconhecer o potencial das comunidades tradicionais para conduzirem seus próprios processos de desenvolvimento, integrando cultura, território e formas autônomas de organização.

Em 2023, uma visita de campo foi realizada à comunidade amazônica da Reserva Mamirauá, no âmbito de uma atividade promovida pela Wetlands International Brasil e Mupan, dentro da agenda TICCA (Territórios Indígenas e Áreas Conservadas por Comunidades Locais). Essa experiência permitiu conhecer de perto a atuação da comunidade com o turismo

de base comunitária, oferecendo elementos valiosos para compreender as dinâmicas que impulsionam a organização e o engajamento comunitário na construção desse tipo de projeto.

Assim como ocorre em diversas comunidades no Brasil, os projetos de etnoturismo frequentemente têm início a partir de demandas externas, seja pelo interesse de visitantes em conhecer melhor os modos de vida de determinados povos, seja pelo movimento das próprias comunidades em busca de estratégias de desenvolvimento local. Em alguns casos, como no exemplo observado na Amazônia, o turismo comunitário emerge como alternativa para romper com dinâmicas excludentes, em que o turismo é conduzido por organizações externas voltadas ao investimento comercial, sem o envolvimento efetivo das comunidades no planejamento e na gestão.

Um exemplo mais antigo de turismo étnico é o desenvolvido pelo povo Pataxó, que desde 1972, após um período marcado pela desapropriação de terras e processo de novo aldeamento, passou a observar o crescimento do turismo na região de Porto Seguro (Bahia). A partir disso, iniciaram a comercialização de seus produtos e, progressivamente, ampliaram o contato com os turistas, diversificando as atividades para além da venda de artesanato, incorporando vivências culturais e imersivas na comunidade. Segundo Grünwald (2015), os Pataxó desenvolveram uma metodologia denominada “resgate da cultura”, voltada não apenas para aprimorar o acolhimento aos visitantes, mas também para atender aos interesses internos da comunidade, como a preservação da língua ancestral, a valorização das danças tradicionais e a produção artesanal, sobretudo voltada às crianças e aos jovens.

Com base nesses exemplos de etnoturismo e turismo de base comunitária, torna-se possível compreender melhor as dinâmicas que motivam e sustentam tais práticas, assim como os desafios e os benefícios envolvidos. Projetos bem estruturados podem gerar renda, valorizar saberes tradicionais e fortalecer elementos identitários, contribuindo diretamente para a manutenção dos modos de vida dessas comunidades. Além disso, práticas culturais outrora em desuso podem ser revitalizadas, fortalecendo vínculos intergeracionais e reforçando a importância do território como espaço de memória e experiência.

Uma das maiores preocupações ao tratar do turismo, de modo geral, reside na necessidade de garantir que sua implementação seja feita de forma controlada, participativa e realmente benéfica para a comunidade. Reconhece-se que nem todos os moradores estarão dispostos a se engajar diretamente nas atividades turísticas, seja por desinteresse ou por incompatibilidade com suas rotinas. Contudo, é fundamental que o projeto preveja formas de benefício indireto, como a aquisição de alimentos produzidos localmente, a contratação de serviços ou a valorização de ofícios tradicionais.

É imprescindível, portanto, que as decisões sobre a estruturação, o formato e os limites do projeto estejam nas mãos da comunidade, especialmente de suas lideranças legítimas, por meio de processos de consulta interna. Somente assim será possível assegurar que o que está sendo desenvolvido corresponde efetivamente às vontades e expectativas da comunidade, e que o projeto de etnoturismo seja resultado de uma construção coletiva e autodeterminada.

A estruturação cuidadosa desse modelo pode, inclusive, contribuir para o uso mais eficiente e o monitoramento do território, além de facilitar a comercialização das cerâmicas Kadiwéu, amplamente reconhecidas no Brasil e no exterior, mas ainda enfrentando dificuldades logísticas devido à distância dos centros urbanos. Nesse contexto, a entrada do turista na aldeia passa a ser também uma oportunidade de venda direta, reduzindo os custos com transporte e diminuindo a dependência de atravessadores, o que pode fortalecer a autonomia econômica das ceramistas locais.

4 OS ACHADOS DO CAMPO EMPÍRICO

Esses resultados se fundamentam nos documentos utilizados para compreender a dinâmica territorial da comunidade Kadiwéu, bem como na autoetnografia, isto é, na experiência vivida diretamente por mim no território.

É importante destacar que meu trabalho com o povo Kadiwéu teve início a partir de um convite das lideranças à organização Mupan em 2015. Ao longo de todos esses anos de atuação conjunta, de 2018 até os dias atuais, desenvolveu-se também uma relação pessoal de proximidade com a comunidade, marcada por diversos momentos em que a confiança, a parceria e o respeito mútuo ficaram evidentes em relação ao trabalho realizado.

No início desta nova etapa da minha trajetória, ao ingressar no mestrado e decidir eleger o Território Kadiwéu como objeto de pesquisa, compartilhei com algumas lideranças locais a ideia de escrever esta dissertação. Uma resposta, em especial, foi decisiva para que eu seguisse em frente. Ao conversar com uma liderança que atualmente atua como chefe da Funai em Bonito, ouvi a seguinte frase: “Você está com a gente há tanto tempo que ganhou o direito de fazer isso.”

Senti – e ainda sinto – uma profunda honra em poder contar essa história, agora como *Naokena*, nome que me foi dado pela comunidade, e pela confiança que me foi depositada para registrar e refletir sobre essa vivência compartilhada.

Figura 8 – Dona Jussara e Naokena – Cerimônia de Batismo



Fonte: Foto de Karine Dias (2025).

4.1 Percepção em relação ao etnoturismo no território indígena Kadiwéu

O acesso às comunidades por dentro do território ocorre, principalmente, durante os períodos mais secos do ano, pois envolve a travessia de áreas alagadiças (vazantes), o que se torna mais difícil durante as cheias dos rios e córregos da região. Historicamente, esses deslocamentos eram realizados a cavalo e, mais recentemente, passaram a ser feitos, em sua maioria, com o uso de motocicletas. Atualmente, o acesso às aldeias por estradas externas ao território está mais facilitado, embora, em épocas de chuvas intensas, possa ser prejudicado pela ausência de manutenção adequada das vias.

As comunidades do território têm recebido, com frequência crescente, visitantes durante os festejos culturais, embora ainda não haja uma organização formal para esse tipo de recepção. Durante essas festividades, são apresentadas as danças tradicionais, com destaque para as pinturas corporais e, em alguns casos, o uso de vestimentas inspiradas nos trajes dos antepassados. Trata-se de uma oportunidade rica para quem deseja conhecer mais de perto a dinâmica cultural do povo Kadiwéu.

Para algumas lideranças, conforme já registrado no “Plano de Vida”², o trabalho com etnoturismo poderia contribuir significativamente para a geração de renda nas comunidades, o que, por sua vez, ajudaria a conter a evasão, sobretudo de jovens, em busca de alternativas nas cidades.

É importante destacar que cada comunidade possui uma percepção específica sobre o turismo e seu papel no contexto local. Durante o período em que mantive diálogos com as lideranças sobre o tema, observei que, para os mais velhos, a ideia de “receber pessoas” dentro da comunidade pode gerar apreensão.

Outro aspecto relevante diz respeito à forma de vida dos Kadiwéu, marcada por uma tradição de maior reserva em relação aos não indígenas. Por esse motivo, o etnoturismo ainda pode ser considerado um tema sensível, especialmente entre os anciãos, e deve ser tratado com cautela e respeito, de modo a preservar a harmonia interna das aldeias.

Essa percepção tende a mudar entre os jovens, principalmente quando eles percebem que o turismo já ocorre de forma indireta no território, muitas vezes sem a participação da comunidade no planejamento ou sequer durante as visitas.

Um exemplo dessa dinâmica é a cachoeira do rio Aquidabã. A área ainda hoje é utilizada por visitantes que se deslocam de Bonito para tomar banho nessa região. É comum que

² Cf. item 2.2.2 desta dissertação.

membros da comunidade se deparem com pessoas de fora usufruindo do local, sem que saibam que essa cachoeira está situada dentro dos limites do Território Indígena Kadiwéu.

Figura 9 – Cachoeira Aquidabã



Fonte: Lilian Pereira (2025).

Ao pesquisar sobre passeios em Bonito, por exemplo, encontrei uma página na *Internet*, de uma empresa de turismo, oferecendo um roteiro de visita à comunidade São João, com atrativos descritos como: “conversa com os índios”, “compra de cerâmica”, “visitação na tribo e nas cachoeiras”. O que ainda me surpreende é a forma como essas páginas apresentam as

comunidades indígenas, utilizando expressões inadequadas, termos pejorativos e, muitas vezes, informações falsas para comercialização de produtos turísticos.

É fato que as comunidades têm caminhado progressivamente para receber visitantes, seja durante as festividades, seja para a comercialização de cerâmicas ou mesmo para visitas espontâneas às aldeias. No entanto, muitos ainda não se deram conta de que uma forma de etnoturismo já está sendo construída, mesmo que de maneira inconsciente, a partir dessas práticas cotidianas. A tendência é que esse movimento se intensifique, e retratos como o citado acima se tornem cada vez mais comuns, caso não haja regulamentação e protagonismo comunitário nesse processo.

Diante disso, é fundamental reforçar a necessidade de um posicionamento social e institucional frente ao despreparo e à abordagem desrespeitosa com que muitas empresas tratam as comunidades indígenas, como foi o caso da referida página. Além de utilizar uma linguagem equivocada, a divulgação ocorreu sem qualquer consentimento da comunidade local, o que por si só é motivo suficiente para a retirada do conteúdo das plataformas digitais.

Ao tomar conhecimento dessa “oferta turística”, recorri aos caciques, que me informaram que, de fato, em um momento anterior, houve uma empresa que levava visitantes à aldeia, mas a dinâmica consistia na venda de cerâmica ao turista, sem que houvesse qualquer repasse financeiro à comunidade pelo receptivo em si. Em outras palavras, a empresa recebia pela intermediação e lucrava com a visita, enquanto o único retorno à comunidade era a venda eventual de peças artesanais.

Esse tipo de exploração, infelizmente recorrente, é resultado direto da ausência de planejamento coletivo e de acordos claros sobre o funcionamento dessas atividades no território. Por isso, torna-se imprescindível que qualquer projeto de etnoturismo seja pensado com base na participação comunitária, no respeito à autonomia das lideranças e na construção de consensos internos. A forma como o território é percebido externamente, e como ele é mobilizado por agentes externos, deve ser objeto de atenção constante, pois diz respeito à soberania sobre as formas de representação e de circulação no espaço coletivo.

Na aldeia São João, foco desta dissertação, já é possível identificar componentes importantes que podem contribuir para um processo estruturado de planejamento e servir como ponto de partida para a atuação com o etnoturismo.

No ano de 2024, foi inaugurada e oficializada a Associação AMITK – Associação das Mulheres Indígenas Terena e Kadiwéu, cuja finalidade é fortalecer a comercialização dos artesanatos para fora do território, promovendo a autonomia econômica e a articulação entre as mulheres. Trata-se de uma iniciativa relevante, nascida da organização interna das mulheres,

que pensam conjuntamente formas de gerar renda e, ao mesmo tempo, fortalecer os vínculos comunitários.

Ao visitar esse espaço, é perceptível o quanto o território tende a se beneficiar da atuação e da força dessas mulheres, tanto no plano econômico quanto na preservação da cultura e da organização social.

Figura 10 – Presidente da Associação AMITIK, Lílían Pereira e Gilberto Pires da Funai



Fonte: Acervo Wetlands International Brasil e Mupan/Alexandre Honing (2024).

O espaço físico, localizado na sede da aldeia São João, recebe visitantes, principalmente oriundos de Bonito, interessados na compra de cerâmicas e outros produtos comercializados pelas mulheres da comunidade. O movimento tem crescido significativamente, e a curiosidade em conhecer a aldeia vem acompanhada do interesse pela aquisição dos artesanatos. Destaca-

se, nesse contexto, a importância de evitar a atuação de atravessadores e de garantir que a cultura e a história do povo Kadiwéu sejam apresentadas aos visitantes de forma adequada e organizada, respeitando os valores e a autonomia da comunidade.

Durante o evento de inauguração da associação, pude observar o orgulho com que as mulheres expressam sua cultura. As pinturas corporais, as vestimentas desenhadas e tingidas à mão, em cores vibrantes, e as meninas desfilando com os grafismos de suas famílias e sua ancestralidade compunham um cenário de profunda beleza e significado.

Os meninos, por sua vez, ao desfilarem em uma passarela improvisada, expressavam a força simbólica do guerreiro Kadiwéu, suas pinturas, posturas e feições transmitiam orgulho e pertencimento a uma história rica, mas pouco conhecida pelo público externo.

A todo momento, me perguntava: como é possível que tamanha riqueza cultural exista tão próxima e ainda seja tão pouco conhecida? É inevitável refletir sobre o quanto se valoriza o que vem de fora, enquanto mal se reconhece a preciosidade que está ao nosso redor. Nesse momento, me senti profundamente privilegiada por poder vivenciar e compartilhar essa experiência.

A cachoeira do Aquidabã é, por si só, um encanto à parte. Com suas formações rochosas calcárias, permite caminhar com segurança por entre suas bases. Cercada por mata conservada, suas águas são cristalinas, e não é raro encontrar poços de coloração esverdeada ou azulada, dependendo da época do ano. O acesso se dá por estrada, seguido de uma trilha de aproximadamente 20 minutos, que conduz a algumas belas quedas d'água.

Outro elemento de forte valor simbólico no Território Indígena Kadiwéu é o uso do cavalo (Fig 11) como meio de locomoção. Como mencionado anteriormente, os Kadiwéu são tradicionalmente conhecidos como “índios cavaleiros”, e até os dias atuais mantêm viva essa prática, utilizando os cavalos em seus deslocamentos e afazeres cotidianos no território.

Figura 11 – Cavaleiros

Fonte: Acervo Wetlands International Brasil e Mupan / Lílian Pereira (2025).

Outros elementos que chamam a atenção nessa região são a beleza cênica e os pontos de observação privilegiada, como mirantes (fig. 12) de onde é possível avistar grande parte do território, suas nascentes, cachoeiras e a paisagem natural preservada. Também é possível conhecer projetos desenvolvidos pela própria comunidade com o objetivo de manter suas tradições e preservar o meio ambiente, como os viveiros de mudas destinados à recuperação de espécies de valor cultural, a exemplo do pau-santo, utilizado nas pinturas das cerâmicas, e da canabrava, empregada na confecção de arcos e flechas. Além dessas, outras espécies nativas são cultivadas para a recuperação de nascentes e áreas degradadas, reforçando o compromisso comunitário com a sustentabilidade e a continuidade de saberes tradicionais.

Figura 12 – Fim de tarde no mirante próximo a Aldeia Campina e Alves de Barros



Fonte: Lílían Pereira (2024).

A cerâmica (fig. 13) é o principal símbolo de expressão cultural e econômica do povo Kadiwéu. Desde sempre, as mulheres mantêm o costume de produzir artefatos de barro, que, inicialmente, eram utilizados nas atividades do cotidiano e, atualmente, também se destinam à comercialização. A cerâmica Kadiwéu chama a atenção não apenas por suas cores vibrantes, mas, sobretudo, pelo seu processo artesanal de feitura, que envolve saberes tradicionais transmitidos entre as gerações.

Figura 13 – Cerâmica Kadiwéu



Fonte: Acervo Wetlands International Brasil e Mupan/ Lílian Pereira (2024).

Durante os vários anos em que convivi com o povo Kadiwéu, tive a oportunidade de acompanhar de perto o passo a passo seguido pelas mulheres na confecção dessa arte ancestral. Mais do que o resultado final — que encanta imediatamente quem o contempla —, chama atenção a luta cotidiana dessas mulheres para conseguir produzir um pote de barro, que muitas vezes é vendido a comerciantes de Bonito, Bodoquena, Campo Grande e outras cidades por valores muito abaixo do que corresponderia ao esforço empregado e à história contida em cada desenho.

A coleta do barro é realizada pelas mulheres em uma área específica do território, pois nem todos os solos são propícios — é necessário encontrar argila com as características ideais

para o trabalho cerâmico. Logo pela manhã, para aproveitar o clima mais ameno, elas percorrem longas distâncias para extrair essa argila, iniciando, em seguida, a busca pelas argilas coloridas, que serão responsáveis por dar vida às pinturas que decoram as peças.

E o maior desafio ainda está por vir. As mãos — algumas pequenas, em início de aprendizado; outras experientes, moldadas pelo tempo (fig. 14) — se unem num gesto coletivo entre gerações, formando um círculo de saberes partilhados. Ali, com paciência e destreza, moldam o barro que, mais tarde, se converterá em fonte de sustento, mas também em símbolo de resistência e identidade para essas mulheres.

Figura 14 – Dona Creuza, artista Kadiwéu



Fonte: Acervo Wetlands International Brasil e Mupan /Lilian Pereira (2025).

Depois que a forma é dada à peça, inicia-se a etapa que mais me encanta: a pintura. É impressionante como a natureza pode ser fonte de tamanha riqueza — as argilas, em diferentes tonalidades, preenchem as peças com cores vivas, revelando grafismos que simbolizam cada família e suas histórias (fig. 15).

Logo, o “mito” se materializa: surge a tão esperada resina do pau-santo. Seu aroma forte invade o espaço e domina os sentidos de quem está por perto. Com a peça recém queimada e ainda morna, as mulheres aplicam a resina cuidadosamente sobre as peças, conferindo-lhes um tom negro profundo. As bonecas ganham cabelos escuros, os desenhos ganham brilho, e a cerâmica começa, ali, a pulsar como memória viva e identidade inscrita no barro.

Figura 15 – Ceramista mostrando as cores da cerâmica



Fonte: Acervo Wetlands International Brasil e Mupan Pedro Cristófori (2023).

O pau-santo foi um dos motivos que levaram a Mupan e a Wetlands International Brasil a chegar ao Território Kadiwéu e iniciar um trabalho voltado com viveiros de mudas nativas. Atualmente, essa espécie encontra-se na lista vermelha de risco de extinção no Brasil, sendo

essa a única região do país onde ela ainda pode ser encontrada em estado natural. Utilizada tradicionalmente pelas mulheres Kadiwéu na pintura das cerâmicas, a espécie está localizada na porção pantaneira do território, transição chaco, em uma área de acesso difícil e restrito.

Para se chegar ao pau-santo, é necessário percorrer cerca de duas horas de carro a partir da aldeia Barro Preto, a mais próxima da região onde a espécie se encontra. Em determinado ponto da estrada, é preciso deixar o veículo e seguir a pé por aproximadamente 40 minutos, atravessando uma mata de carandá e cerrado. A busca é longa e exigente. Contudo, com o sol a pino do meio-dia, os mais experientes conseguem identificar o cheiro característico da árvore, mesmo à distância.

Para que a resina funcione corretamente na pintura, ela deve ser extraída de árvores já mortas. Por isso, a procura se concentra em galhos secos, troncos envelhecidos ou árvores caídas há muito tempo. Qualquer fragmento serve. O retorno, no entanto, é pesado, literalmente, os galhos contêm uma grande quantidade de resina, o que os torna densos e difíceis de carregar. Mas há também o alívio e a satisfação de encontrar um elemento essencial para a continuidade da arte cerâmica.

A ida à região pantaneira é sempre um desafio. Diversos fatores condicionam o acesso, sendo o período de seca ou cheia um dos principais. Durante a cheia, o trânsito na área torna-se inviável, e as coletas só podem ocorrer na seca. Outro obstáculo é o acesso às áreas de ocorrência do pau-santo, que, muitas vezes, estão dentro de fazendas arrendadas no interior do território. As comunidades nem sempre têm autorização para entrar nesses locais, o que exige negociação prévia com os arrendatários, geralmente feita com antecedência de alguns dias.

Para realizar essa logística complexa, as comunidades dependem de pessoas com veículos apropriados (geralmente caminhonetes altas 4x4) que estejam dispostas a enfrentar o trajeto e colaborar na busca pela resina. Em um desses momentos, a Funai promoveu uma expedição ao pau-santo, hoje isso tem sido feito em maior ocorrência nas expedições que faço ao território, entre uma oficina e outra. Eu como geógrafa apaixonada pelo campo, tenho a alegria de participar de algumas dessas jornadas. Sempre que estou no território e há a necessidade de coleta, nos mobilizamos para ir juntas às áreas indicadas.

Algo muito significativo e bonito de observar é a troca entre as mulheres das aldeias. O barro chega de uma, o pau-santo parte de outra, e assim, mantêm viva uma tradição que atravessa o tempo e fortalece os laços entre as mulheres Kadiwéu.

Para garantir a continuidade da espécie, viveiros têm sido pensados com o apoio de parcerias institucionais entre as associações locais, ABINK, ACIRK e AMAK, Mupan, Wetlands International Brasil, Laboratório de Ecologia da Intervenção (LEI) da Universidade

Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e com o Instituto Terra Brasilis, com o objetivo de cultivar mudas de pau-santo e outras mudas de interesse comunitário em áreas próximas às comunidades. O LEI já tem feito algumas pesquisas com sementes e mudas que estão sendo cuidadas com atenção, com a esperança de, no futuro, reduzir as longas distâncias percorridas e ampliar a autonomia das ceramistas.

A cerâmica, sem dúvida, é um dos principais pilares da cultura Kadiwéu, tanto como expressão simbólica e identitária quanto como fonte de geração de renda. Algumas mulheres relatam que foi a venda da cerâmica que sustentou suas famílias, educou seus filhos e garantiu autonomia em momentos difíceis. Hoje, essa tradição se perpetua nas mãos de filhas e netas, que mantêm viva uma arte ancestral, adaptando-a às novas realidades, mas sem perder sua essência.

As associações locais desempenham um papel fundamental nesse processo, pois, além de dar visibilidade ao trabalho das mulheres, também funcionam como pontes para o fortalecimento institucional e a conquista de apoios externos. A AMAK é a mais antiga, 2017, e sua trajetória se entrelaça com a história de uma liderança feminina forte e inspiradora, que lutou por melhores condições de vida para sua família e para seu território. Uma líder nata. Atualmente, a AMAK conta com uma loja recém-inaugurada na cidade de Bodoquena, resultado de parcerias com instituições do terceiro setor, como o Instituto Terra Brasilis, que tem desempenhado um papel importante para o fortalecimento da governança local e o empoderamento das mulheres.

Figura 16 – Loja de cerâmica Kadiwéu, em Bodoquena (MS)



Fonte Acervo Wetlands International Brasil e Mupan/ Lílian Pereira (2025).

Essa casa pretende consolidar-se como um espaço importante para fortalecer a comercialização local, funcionando não apenas como um ponto de venda, mas também como local de apoio para a permanência das mulheres ceramistas e de armazenamento adequado das peças, o que pode melhorar significativamente as condições de venda e, conseqüentemente, a renda gerada por esse trabalho artesanal.

A AMITK foi formada em 2020, na aldeia São João, e também já conta com sede própria dentro da comunidade. Sua inauguração ocorreu em setembro de 2024, e hoje constitui um importante ponto de apoio para a venda direta das cerâmicas produzidas pelas mulheres da aldeia. Considerando a proximidade geográfica entre a aldeia São João e a cidade de Bonito, a associação representa uma oportunidade estratégica para o escoamento da produção artesanal, podendo fortalecer economicamente as mulheres envolvidas e aumentar a visibilidade da cultura Kadiwéu junto aos visitantes da região.

Outro elemento que chama especialmente a atenção na cultura Kadiwéu, mas que ainda é pouco conhecido fora do território, são as pinturas corporais, cuja beleza singular merece destaque.

A pintura corporal é realizada pelas mãos ágeis e habilidosas das meninas e mulheres Kadiwéu. Acompanhada por vestimentas tradicionais, a pintura compõe o corpo para as danças cerimoniais, marcadas por simbolismo, expressividade e a força de um povo cuja história está

profundamente ligada à resistência e à conquista de seu território. Tanto homens quanto mulheres têm seus corpos pintados, mas, entre as mulheres, observam-se traços mais finos e delicados, geralmente concentrados no rosto, moldando feições com elegância e significado. As vestimentas seguem os mesmos padrões gráficos, e as cores vibrantes intensificam a presença visual e a potência simbólica dessas manifestações culturais.

Figura 17– Pintura do Ponteiro para festividade Kadiwéu



Fonte: Acervo Wetlands International Brasil e Mupan /Lílian Pereira (2025).

Em uma atividade de campo, tive a honra de ser convidada a integrar o júri de um desfile de moda tradicional na aldeia São João. Confesso que essa foi uma das experiências mais desafiadoras da minha vida. As categorias do desfile incluíam crianças, com idades até cerca de 10 ou 12 anos, e jovens de até 18 anos. Foi impressionante observar não apenas a organização local para realização do evento, mas, sobretudo, o orgulho dos participantes em exibir sua cultura, sua beleza e suas identidades.

A cada entrada na passarela improvisada, era possível perceber o simbolismo presente em cada traje, pintura e postura (fig. 18). Cada participante trazia consigo marcas visíveis da identidade Kadiwéu, revelando nos detalhes — nos grafismos, nas cores, nos gestos — a continuidade de uma tradição que é vivida, reinventada e compartilhada com entusiasmo e respeito.

Figura 18 – Meninas prontas para o desfile cultural Kadiwéu (Aldeia São João)



Fonte: Acervo Wetlands International Brasil e Mupan Lillian Pereira (2024).

Os meninos faziam questão de demonstrar a força (fig.19) que o seu povo carrega, alguns deles mencionando até gritos de guerra frente aos jurados. Já as mulheres, com a beleza e simpatia mostravam também em seus traços o quanto são fortes, traços ancestrais que poucos tem o privilégio de presenciar.

Figura 19 – Desfile Kadiwéu, pintura corporal



Fonte: Acervo Wetlands International Brasil e Mupan / Alexandre Honing (2024).

Em uma conversa com a liderança local da aldeia São João, ele – sempre muito animado ao falar sobre o potencial turístico de sua comunidade – me questionou: “Será, Lílian, que temos algo que realmente faça o turista querer vir até aqui nos conhecer? Será que não seria interessante construir uma pousada ou desenvolver atrações mais atrativas?”. Eu, que desde o início das minhas reflexões sobre a dinâmica do etnoturismo nas comunidades indígenas passei a pesquisar experiências semelhantes em outras regiões, pensei comigo: “Ah, cacique... o que eu não sei é se o mundo está preparado para vivenciar tudo isso aqui.”

Essa frase não me saiu da cabeça. Esbocei um sorriso e, naquele instante, senti-me profundamente privilegiada por poder estar ali, vivenciando tudo aquilo. Ao mesmo tempo, uma preocupação sincera me atravessou: a imensa responsabilidade de facilitar a construção de um projeto como esse, e mais ainda, de buscar, junto às lideranças, a estruturação de um sonho que preserve sua essência, não se renda unicamente à lógica do lucro, e que nasça de dentro para fora, com a cara, os desejos e os modos de ser do povo Kadiwéu.

4.2 O território Kadiwéu e suas potencialidades turísticas e o que a legislação dispõe

Durante a elaboração do “Plano de Vida” e sua revisitação em 2022, a comunidade manifestou interesse explícito em desenvolver o etnoturismo, compreendendo esse documento como um instrumento estratégico para planejar ações que contemplem esse objetivo. O Plano apresenta, inclusive, potenciais parceiros institucionais capazes de contribuir nesse processo, além de deixar evidente que a comunidade já possui uma dinâmica interna de organização e um planejamento de gestão territorial apto a sustentar iniciativas dessa natureza.

Trata-se, portanto, de uma ferramenta fundamental de diálogo, que pode e deve ser utilizada como base para a construção de propostas ligadas ao etnoturismo. Estar alinhado às diretrizes da PNGATI também se revela essencial, pois refletir sobre o etnoturismo implica, necessariamente, pensar em estratégias de gestão e governança interna, dimensões que a política nacional contempla de forma estruturante.

Nesta seção, será realizada uma análise sobre como a legislação brasileira e os acordos internacionais vigentes abordam o etnoturismo em terras indígenas, e, mais do que isso, será investigado como os documentos analisados dialogam entre si, de modo a funcionarem como marcos regulatórios e ferramentas de respaldo jurídico e político para a viabilização de um projeto dessa natureza no território Kadiwéu.

Iniciaremos com a Convenção 169 da OIT, no Brasil, foi incorporada ao ordenamento jurídico por meio do Decreto n. 10.088, de 5 de novembro de 2009, conforme dados do Ministério dos Povos Indígenas.

A Convenção 169 é considerada um dos principais marcos internacionais de proteção aos direitos dos povos indígenas e tribais. Além de estabelecer a obrigação do Estado em assegurar proteção e reconhecimento aos modos de vida e instituições desses povos, ela determina a realização de consultas livres, prévias e informadas sempre que qualquer medida legislativa, administrativa, obra ou atividade, seja de iniciativa pública ou privada, possa afetar diretamente suas comunidades e territórios.

No caso de projetos de etnoturismo, essa convenção se apresenta como uma garantia jurídica de que tais iniciativas só podem ser implementadas a partir da vontade expressa da comunidade envolvida, e não de agentes externos. Ela oferece, assim, instrumentos para que os povos originários possam exercer plenamente sua autonomia, assegurando que os projetos sejam, de fato, conduzidos “de dentro para fora”, com base nas prioridades, saberes e desejos de cada povo.

É importante frisar que, cada vez mais, há pessoas no território interessadas em atuar com visitação turística. Devido à proximidade entre a aldeia São João e o município de Bonito, essa demanda tem se intensificado, e propostas de visitação turística têm sido apresentadas inclusive por agências externas. No entanto, reside aí um risco significativo: trata-se de projetos desenhados com base na lógica de quem está fora do território, geralmente orientados pela comercialização dos produtos culturais, com pouca ou nenhuma consideração pelo que a comunidade realmente deseja mostrar, preservar e construir dentro de uma proposta de etnoturismo.

Diante disso, é fundamental defender que a comunidade, antes de tudo, realize um mapeamento claro de suas intenções, expectativas e prioridades, definindo o que quer fazer e como deseja fazê-lo. Além disso, é imprescindível que esteja munida do conhecimento sobre seus direitos, especialmente no que se refere à consulta livre, prévia e informada, a fim de evitar que acabe submetida a projetos conduzidos por agentes externos, desconectados da realidade e das tradições do povo Kadiwéu.

Ainda dentro da discussão sobre as ferramentas que podem apoiar a construção de um projeto de etnoturismo, é necessário retomar a importância da PNGATI – como já destacado anteriormente – e, sobretudo, do “Plano de Vida” do Território Indígena Kadiwéu, que deve ser entendido como base orientadora para qualquer projeto desenvolvido na comunidade, inclusive no campo do turismo.

A vontade coletiva da comunidade deve ser registrada, validada e acordada de forma ampla, não apenas pelas lideranças diretamente envolvidas, mas por todas as aldeias do território, tendo em vista que os impactos de um projeto como esse são territoriais e afetam a todos, especialmente no que diz respeito à gestão coletiva do espaço.

O “Plano de Vida” cumpre esse papel, alinhando-se às diretrizes da política nacional, e é importante lembrar que o Território Indígena Kadiwéu abriga seis comunidades diferentes, com diversidades culturais, formas distintas de se relacionar com o território e demandas específicas. Por isso, alcançar o alinhamento e o consenso é condição necessária para que o projeto de etnoturismo seja legítimo, sustentável e representativo de todo o território.

Ainda no campo da legislação e dos instrumentos que podem fortalecer as lutas e estratégias dos povos indígenas, destaca-se também a Convenção Ramsar, estabelecida em fevereiro de 1971, voltada à proteção das zonas úmidas de importância internacional. No Brasil, essa convenção foi incorporada ao ordenamento jurídico por meio do Decreto n. 1.905/1996. Ela pode ser mobilizada como ferramenta estratégica pelo povo Kadiwéu, sobretudo no que se refere à distribuição e manejo sustentável do território, considerando que uma parte significativa da Terra Indígena está inserida no bioma Pantanal.

Por meio da Ramsar, é possível argumentar em favor da proteção das áreas úmidas e das populações tradicionais que ali vivem, incentivando o uso consciente e ecologicamente equilibrado do território. Assim, a comunidade pode apresentar, de forma estratégica, seu plano de manejo voltado à conservação e à valorização ambiental, articulando um plano de visitação que promova o turismo consciente e ambientalmente comprometido, reafirmando a dimensão ecológica e política de sua territorialidade.

Assim, a comunidade passaria a contar com mais uma ferramenta de fortalecimento da gestão territorial, assumindo, de forma pactuada e sobretudo a partir de processos internos, a responsabilidade compartilhada pela conservação e o uso consciente do meio em que vive.

Outra ferramenta que pode contribuir significativamente nesse processo – e que pode ser amplamente apropriada pelo povo Kadiwéu – é o registro como TICCA, ou seja, como Território Indígena e Área Conservada por Comunidade Tradicional. Esse reconhecimento baseia-se na valorização do papel histórico e atual que os povos indígenas e comunidades tradicionais exercem na conservação ambiental, no manejo sustentável de seus territórios e na governança comunitária (Pereira *et al.*, 2022).

Durante alguns anos, dediquei-me a compreender o processo de registro e autorreconhecimento como TICCA, acompanhando a construção dessa ferramenta junto a diferentes comunidades. Esse processo revelou-se extremamente rico e potente, pois parte de um movimento interno, de reflexão coletiva, que envolve desde o reconhecimento do valor ecológico e simbólico do território até a elaboração de estratégias locais de proteção e planejamento.

A internalização dos sentidos atribuídos ao território, isto é, a compreensão profunda do que ele representa, de como é utilizado e do que se espera para o seu futuro, mobiliza a comunidade para uma série de reflexões fundamentais, tanto em relação aos usos do território quanto à estrutura de sua governança.

Uma experiência marcante foi a realizada com o Território Kalunga, em que, a princípio, o interesse principal da comunidade era obter o registro como forma de fortalecer sua atuação

com o turismo de base comunitária, buscando, inclusive, vincular seus produtos a um selo de conservação e responsabilidade ambiental. Contudo, ao longo do processo, surgiram múltiplas motivações que ampliaram o escopo da iniciativa: o fortalecimento da governança interna, a estruturação de parcerias para proteção territorial, a melhoria das formas de deliberação coletiva, como as assembleias internas, e até a reorganização dos modos de produção local.

O registro como TICCA inicia-se com um processo de análise interna, em que a comunidade avalia se seu território atende às características que definem um TICCA, a saber:

- Conexão do povo que ali habita com o território – o pertencimento;
- A gestão da área ser da comunidade, sendo eles que tomam e aplicam decisões sobre esse território, ou seja, com uma governança autônoma;
- E as práticas ali feitas, que devem ser voltadas para a conservação, pensando no ecossistema, recursos naturais e o bem-estar da comunidade;

Se a comunidade apresenta essas características, ela pode se autodeclarar como TICCA e solicitar o registro oficial junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), por meio do Centro Mundial de Monitoramento da Conservação (WCMC) (Pereira et al., 2022).

Para o povo Kadiwéu, esse processo não se apresenta como algo complexo, uma vez que há um histórico contínuo de avaliação das formas de gestão territorial, pactuação de ações ambientais e discussão sobre o manejo sustentável das áreas. No contexto do etnoturismo, o registro como TICCA pode representar uma das principais ferramentas de monitoramento, de afirmação identitária e de articulação com parceiros externos, fortalecendo não apenas a atividade turística, mas todo o sistema de governança territorial.

Tal como ocorreu com o povo Kalunga, essa certificação pode agregar valor aos produtos locais, como a cerâmica, conferindo-lhes um selo de origem comprometida com a conservação e a cultura tradicional.

Por fim, vale destacar o papel do Manual de Ecoturismo, primeiro documento elaborado com o objetivo de orientar a implementação de atividades turísticas em territórios indígenas. Criado para servir de referência tanto para o governo quanto para ONGs e comunidades, o documento visava embasar a criação de experiências de visitação em diálogo com os povos originários. No entanto, como apontam Corbari, Bahl e Souza (2017), o manual mostrou-se frágil, por não contemplar adequadamente a vontade das comunidades indígenas e por ter sido elaborado com consultas limitadas ou mesmo inexistentes com os povos afetados.

Segundo os mesmos autores, embora o Estado não proibisse expressamente as atividades de turismo em terras indígenas, havia o reconhecimento da importância da autonomia e da governança comunitária nesses processos. Somente em 2015, com a publicação da Instrução Normativa da Funai, o turismo foi formalmente regulamentado.

Contudo, a legalização dessas atividades ainda enfrenta sérios obstáculos, uma vez que depende de aprovações em múltiplas instâncias burocráticas, incluindo a autorização da própria Funai. Tal cenário tem levado diversas comunidades indígenas a operar atividades turísticas de forma informal ou não regularizada, o que abre espaço para diferentes formas de exploração e violações dos direitos coletivos.

No caso do Território Indígena Kadiwéu, a realidade observada aponta para um grande entrave relacionado à falta de informação e de apoio institucional para compreender e enfrentar a complexidade legal do etnoturismo. As comunidades que desejam atuar nessa frente estão cientes de suas intenções e de como gostariam de desenvolver essas experiências, mas esbarram na ausência de caminhos claros e acessíveis para formalizar tais práticas, especialmente diante das exigências burocráticas ainda vigentes.

4.3 Etnoturismo para além da economia: algumas reflexões

Percebe-se que a proximidade das aldeias com cidades turísticas, como Bodoquena e Bonito, constitui uma vantagem estratégica para o desenvolvimento de atividades turísticas na região. Além da localização, destaca-se a riqueza histórica e cultural que envolve essas comunidades, expressa em suas formas de organização social, nas danças tradicionais, nas pinturas corporais e nos saberes ancestrais. Todos esses elementos podem proporcionar ao turista uma vivência autêntica, inserida na história e nos modos de vida do povo Kadiwéu.

Atualmente, as comunidades já recebem visitantes de forma espontânea e não estruturada, sobretudo em períodos festivos, ocasião em que compartilham com os convidados o valor de sua cultura, expressa nos grafismos, nas danças, nas pinturas e até mesmo em atividades como torneios de arco e flecha, que reforçam o elo com a tradição.

Durante uma das visitas ao Território Kadiwéu, uma demanda que chamou atenção foi a necessidade de replantio e recuperação da canabrava. Ao pesquisar mais sobre essa planta, compreendi, com o auxílio dos caciques e dos mais velhos da comunidade, que se trata de uma espécie nativa, típica de áreas brejosas ou pantanosas, da qual é retirada a matéria-prima para a confecção do arco e flecha tradicional (fig.20).

Figura 20 – Guerreiro com arco e flexa



Fonte: Acervo Wetlands International Brasil e Mupan/ Lilian Pereira (2025).

Mais tarde, fui convidada a participar de um evento em que a prática do tiro ao alvo foi realizada, com prêmios, inclusive em dinheiro, para quem acertasse o alvo. Jovens e crianças se reuniram em torno da atividade, e até eu me aventurei a tentar acertar alguma coisa.

Esse é apenas um exemplo das diversas atividades que os Kadiwéu desenvolvem em seu território e que, sim, podem ser incorporadas como experiências turísticas, desde que organizadas de forma respeitosa e participativa. Mais do que atrativos para visitantes, tais práticas podem se tornar ferramentas potentes para fortalecer o senso de pertencimento, que, por diferentes razões, haviam se enfraquecido com o tempo.

O mesmo se observa em relação às danças típicas e festas tradicionais das comunidades (fig. 21). Muitas dessas manifestações culturais haviam sido abandonadas, mas hoje, gradualmente, há um esforço coletivo para que sejam retomadas e transmitidas entre as

gerações. Durante a construção do “Plano de Vida”, a comunidade apontou com ênfase a importância da cultura e da retomada de práticas ancestrais, reconhecendo esses elementos como fundamentais para sua identidade e continuidade histórica.

Além disso, a busca por editais e projetos que fortaleçam essas expressões culturais tem sido uma constante entre as lideranças e associações locais, demonstrando o compromisso da comunidade com o fortalecimento de sua própria memória viva.

Figura 21 – Dança tradicional Kadiwéu



Fonte: Acervo Wetlands International Brasil e Mupan/ Lílian Pereira (2025).

Nos últimos anos, uma comunidade em específico, a aldeia Campina, tem buscado retomar suas tradições, organizando grupos de dançarinos e dançarinas de gogué, tocadores (fig. 22), e desenvolvendo estratégias para ampliar e dar visibilidade a essas atividades culturais. O grupo já participou de diversos eventos em cidades próximas e tem demonstrado grande entusiasmo com o reconhecimento recebido. Além disso, há um forte interesse em transmitir esse conhecimento às crianças e aos jovens, com o objetivo de fortalecer e preservar essa expressão cultural a cada dia.

Figura 22 – Tocadores de gogué



Fonte: Lilian Pereira (2024).

Fato é que, para o início do desenho de um plano de etnoturismo, uma das maiores forças consiste em compreender profundamente as dinâmicas e fortalezas de cada comunidade. É necessário agir com atenção, escuta e responsabilidade, de modo a entender como cada comunidade funciona e garantir que a atividade aconteça em benefício coletivo, gerando renda e fortalecendo a cultura local, sem se deixar conduzir por influências externas à comunidade.

Como forma de retribuir o imenso bem que me fizeram ao permitirem que eu escrevesse sobre minha vivência de trabalho com o povo Kadiwéu, iniciamos o desenho de um plano de etnoturismo com a comunidade da aldeia São João. Levei em consideração o desejo coletivo de aprofundar o conhecimento sobre o tema e implementar um plano de visitação próprio, respeitando os valores e modos de vida locais. Com base nisso, realizei algumas oficinas, que acredito serem importantes de mencionar neste trabalho.

Durante as oficinas (fig.23), ficou evidente o envolvimento da comunidade na construção de um projeto de etnoturismo próprio e contextualizado. A todo momento, lideranças e membros da comunidade participaram ativamente das discussões, fazendo questão

de apresentar suas percepções sobre como o etnoturismo pode contribuir com a geração de renda, respeitando a cultura local e reforçando sua autonomia territorial.

Figura 23 – Oficina de Etnoturismo na Aldeia São João



Fonte: Ana Lopes (2025).

Chamo a atenção para a dinâmica construída coletivamente, em que a própria comunidade idealizou as atividades a serem desenvolvidas (fig. 24), mas, sobretudo, refletiu sobre como cada família poderia ser beneficiada — seja com os passeios, com as apresentações de danças, com a venda de cerâmicas ou ainda com o preparo de refeições destinadas aos turistas.

Ao pensar nessa última atividade, emergiu de forma paralela a proposta de fortalecimento da produção agrícola local, por meio da valorização da agricultura familiar. A ideia é que os alimentos utilizados nas refeições oferecidas aos visitantes sejam adquiridos de famílias que mantêm suas roças, criando um circuito interno de geração de renda e possibilitando que mais pessoas, mesmo indiretamente, sejam incluídas no projeto de etnoturismo.

Figura 24 – Temas e atividades elencadas pela comunidade



Fonte: Lílian Pereira (2025).

Além do lucro econômico, ao acompanhar essa integração do povo Kadiwéu no pensar a nova dinâmica para seus territórios, percebo que esse planejamento tem trazido uma nova perspectiva para eles. A união entre as comunidades e o interesse de manter a cultura e retomar hábitos já esquecidos é grande. Isso tem colaborado, sobretudo, para que se planejem, coletivamente e, agora mais do que nunca, buscando a integração entre jovens, anciãos, homens e mulheres.

Este capítulo também é uma forma de retornar à comunidade Kadiwéu uma pequena parte da riqueza com a qual fui agraciada ao longo dos anos de convivência e aprendizado, chamando atenção para a dinâmica, o interesse legítimo em mobilizar suas gentes para pensar o futuro e mais ainda, a forma como estão trabalhando para isso. Galgando parcerias, promovendo cada vez mais o diálogo e implementando seus planos de gestão, o povo Kadiwéu tem lutado agora com outras armas pelo que se deseja.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o etnoturismo no Território Kadiwéu se torne uma realidade formalizada, geradora de renda e verdadeiramente inclusiva para a comunidade, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Um dos principais desafios consiste na superação de certos tabus relacionados à autonomia e ao fortalecimento de uma gestão indígena própria e estruturada.

Ter a base necessária para seguir com ações voltadas ao fortalecimento territorial é um fator essencial e a comunidade demonstra já possuir esse alicerce. No entanto, o caminho que envolve a implementação efetiva de ações e a busca por projetos ainda se apresenta como incipiente. Trata-se de um processo que exige capacitações contínuas, articulação institucional e parcerias comprometidas com o respeito à autodeterminação.

Essas parcerias, por sua vez, devem ser cuidadosamente construídas. É fundamental que não desviem dos desejos e propósitos definidos pela própria comunidade, substituindo-os por modelos prontos ou referências externas que desconsiderem os saberes e as prioridades locais. Daí a importância de que a comunidade compreenda com profundidade como se estrutura um plano de etnoturismo e quais são as etapas subsequentes para sua execução.

Durante a oficina realizada com a comunidade da aldeia São João para o desenho do plano, a metodologia utilizada teve como base os princípios dos planos de gestão territorial e ambiental. A comunidade foi convidada a refletir e propor, com liberdade, o que desejava desenvolver no campo do etnoturismo e como gostaria de fazê-lo.

Acredito que, apesar do percurso que ainda precisa ser trilhado até uma implementação concreta, o desenho construído pela própria comunidade – e para ela mesma – representa um marco significativo. A pactuação inicial de ideias e atividades é um primeiro passo potente, que inaugura um caminho possível e necessário para transformar o desejo coletivo em uma prática respeitosa, sustentável e enraizada nos modos de vida Kadiwéu.

Costumo dizer que nenhuma reunião é perdida quando se trata de planejar algo em comunidade. Esses momentos se tornam também oportunidades riquíssimas de trocas intergeracionais, entre juventude, anciãos, lideranças e demais moradores. Cada ideia foi ouvida, discutida e, certamente, sonhada em conjunto. Esse processo coletivo de escuta e partilha é, por si só, profundamente transformador.

Outro fator primordial para a efetivação de políticas voltadas à implementação de planos de etnoturismo é o fortalecimento das parcerias institucionais, de modo que as ações sejam desenvolvidas de forma integrada, respeitosa e comprometida com os territórios.

Desde 2023, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, novas oportunidades têm surgido, especialmente por meio de editais voltados ao incentivo de iniciativas como o etnoturismo. No entanto, é inegável a distância que ainda separa comunidades como o povo Kadiwéu do pleno acesso a esses mecanismos. O desafio não está na falta de planejamento por parte do povo Kadiwéu, que já caminha com clareza em seus planos de gestão e fortalecimento de sua governança interna, mas sim na ausência de pontes que conectem essas iniciativas aos recursos e instrumentos de apoio disponíveis.

A atuação de parceiros sensíveis ao processo e comprometidos com o protagonismo indígena é essencial para traduzir as oportunidades institucionais em apoios concretos. Ainda que haja avanços na estruturação das associações locais e no amadurecimento das estratégias comunitárias, o caminho até políticas públicas verdadeiramente inclusivas e adequadas aos ritmos, modos de vida e prioridades dos povos indígenas ainda é longo e desafiante, sobretudo diante das incertezas que o cenário político brasileiro apresenta.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz; VIOLIN, Fábio Luciano; BENITES, Maristela. Para além da Rota Bioceânica: o artesanato indígena e o potencial do etnoturismo no sudoeste de Mato Grosso do Sul. *Interações*, v. 22, n. 4, p. 1335–1352, 2022.
- APIO – ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE. *Plano de vida dos povos e organizações indígenas do Oiapoque: eixos temáticos, diretrizes e ações estratégicas*. 2008.
- ARAÚJO, Wilson A. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. *Interações*, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 5–18, out./dez. 2017.
- ASATO, Thiago A. A. *A Rota Bioceânica como campo de possibilidades para o desenvolvimento da atividade turística*. 2021. 179 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2021. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1037521-tese-thiago-andrade-asato.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.
- ATHIAS, Renato M. Povos indígenas, processos identitários e etnicidade: notas sobre pesquisas em Antropologia Política. *Revista EntreRios*, v. 1, n. 1, p. 91–107, 2018.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 70. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; INSTITUTO ECOBRASIL. *Manual indígena de ecoturismo: Projeto GTC Amazônia, Grupo de Coordenação de Ecoturismo para Amazônia Legal*. Brasília: MMA, 1997.
- BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.
- BRASIL. Decreto n.º 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 6 jun. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 5 mar. 2024.
- CORRÊA, Roberto. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 15, n. 10, p. 35–41, 1992.
- COSTA, Fábio R.; ROCHA, Márcio M. Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. *Revista Geomae*, Campo Mourão, v. 1, n. 2, p. 25–56, 2010.
- CUNHA, Cátia Nunes da; JUNK, Wolfgang Johanne. *Aplicação das diretrizes da Convenção Ramsar ao plano de manejo: sítio Ramsar RPPN Sesc Pantanal*. Campo Grande, MS: Mupan, 2022. Livro eletrônico. Disponível em: <https://lac.wetlands.org/pt-br/aplicacao-das-diretrizes-da-convencao-ramsar-ao-plano-de-manejo-do-sitio-ramsar-rppn-sesc-pantanal-disponivel-para-download/>. Acesso em: 18 set. 2024.
- FERREIRA, Rodrigo de Oliveira. A proteção jurídica das comunidades tradicionais e indígenas do bioma Pantanal. *Revista InterJuris*, v. 1, n. 9, 2022.
- SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020.
- ESPÍRITO SANTO, Anderson Luis do. A comercialização de frutas, legumes e verduras em supermercados: uma análise no território fronteiroso Brasil–Bolívia. In: ENCONTRO CIENTÍFICO DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E CONTABILIDADE, 2016. Anais [...]. [S.l.: s.n.], 2016.

- ESSELIN, Paulo Marcos. *A Grande Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864–1870): história, historiografia e memória*. Palmas: Nagô Editora, 2024.
- FAVILLA, Kátia C.; PIRES, Gilberto; PEREIRA, Lílían Ribeiro. *Plano de vida do território indígena Kadiwéu*. Campo Grande, MS: Mupan, 2019.
- FLEURY, Maria Tereza Leme; COSTA WERLANG, Sérgio Ribeiro da. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. *GVPesquisa*, v. Anuário de Pesquisa, 2016.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL (Org.). *Plano de gestão territorial e ambiental de terras indígenas: orientações para elaboração*. Brasília, DF: Funai, 2013.
- GADELHA, Carlos Augusto Grabois; COSTA, Laís. A política nacional de integração e desenvolvimento das fronteiras: o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2005. p. 25–46.
- GALLOIS, Dominique T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37–41.
- GAMA, Fabiene; RAIMONDI, Gustavo Antonio; BARROS, Nelson Filice de. Apresentação – Autoetnografias, escritas de si e produções de conhecimentos corporificados. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, v. 37, e21300, 2021.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de A. Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e pós-colonialidade na região do Descobrimento do Brasil. *Revista Pasos*, El Sauzal, v. 13, n. 2, p. 411, 2015.
- GUAZI, Taísa S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, v. 2, n. 1, p. 1–20.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, v. 7, n. 17, p. 19–46, 2007.
- LEDHESMA, Miguel. *Tipos de turismo: nueva clasificación*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: OMPT, 2018.
- MACHADO, Lia O. Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito Carlos M. (Org.). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande, MS: UFMS, 2006. p. 87–112.
- MARIANI, Milton A. P. Percepção dos turistas e moradores do município de Bonito: o lugar, os sujeitos e o turismo. *Turismo: Visão e Ação*, v. 4, n. 11, p. 47–60, 2002.
- MELLO NETO, Ridivan C. D. S.; TOPPINO, Marcela A. Etnoturismo como meio de promoção do desenvolvimento sustentável e valorização da cultura dos povos tradicionais da Amazônia brasileira. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, v. 5, n. 1, p. 72–86, jan./jun. 2019.
- NOGUEIRA, Elizabete M. *Etnodesenvolvimento e educação indígena: problemas e perspectivas para a implantação do etnoturismo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol na TIRSS, região Ingarikó-Wîi Tîpî*. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- OLIVEIRA, Carlos A. F. A. Trajetória da normatização do turismo em terras indígenas: práticas do Estado e dos povos indígenas. *Turismo e Sociedade*, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 1–19, 2022.
- OLIVEIRA, Ludyene dos S. A pandemia Covid-19 e seus impactos no etnoturismo: um estudo na Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios, Rio Grande do Norte/Brasil. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.
- OLIVEIRA, Roberto C. Os (des)caminhos da identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, p. 7–21, 2000.

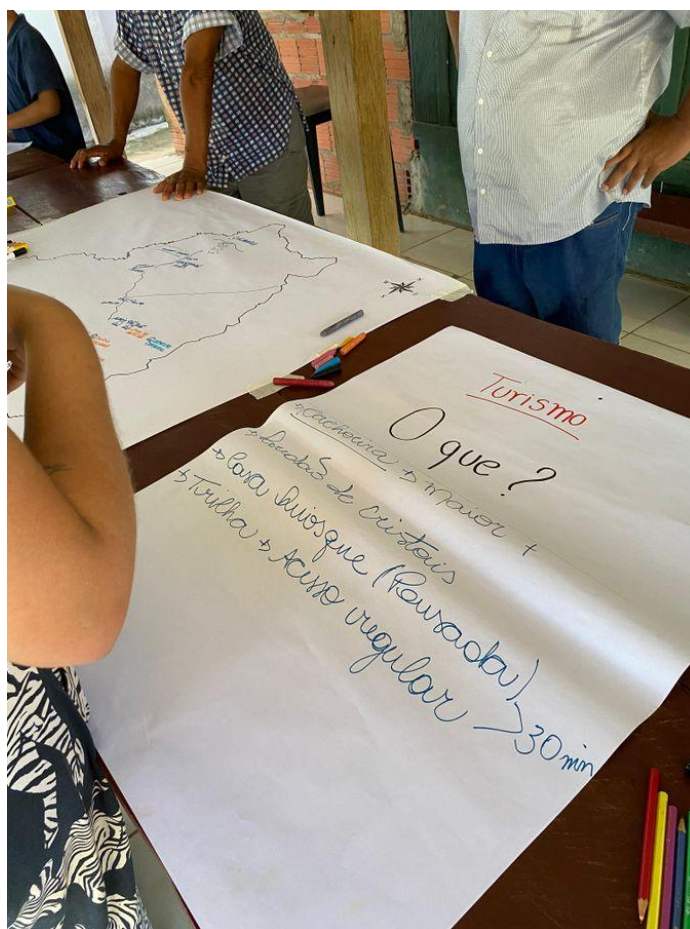
- OLIVEIRA, Tito C. M. (Org.). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: UFMS, 2005.
- OLIVEIRA, Viviane S.; SANTANA, Marise de. Ancestralidades, identidade étnica e etnicidades no centro da resistência. *ODEERE*, v. 4, n. 8, p. 94–118, 2019.
- PAIXÃO, Roberto Ortiz. *Globalização, turismo de fronteira, identidade e planejamento da região internacional de Corumbá-MS*. 2006. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PEREIRA, Lílían Ribeiro; CRISTÓFORI, Pedro Paulo. *Plano de vida do território indígena Kadiwéu*. Campo Grande, MS: Mupan, v. 2, 2022.
- PEREIRA, Rafael H. M.; FURTADO, Bernardo A. (Orgs.). *Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces*. Brasília: Ipea, 2011.
- RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17–35.
- RAUPP, Fabiano M.; BEUREN, Ilse M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. In: *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76–97.
- RIBEIRO, Rodrigo B. O racismo contra os povos indígenas: panorama dos casos nas cidades brasileiras entre 2003 e 2019. *Mana*, v. 28, n. 2, p. 1–32, 2022.
- SANTOS, Milton et al. Territorio y movimientos sociales. *OSAL – Observatorio Social de América Latina*, 2005.
- SANTOS, Milton. Geografia e planejamento: o uso do território geopolítica. *Tempo – Técnica – Território*, v. 2, n. 2, p. 1–50, 2016.
- SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 214–241, 2017.
- SAQUET, Marcos A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55–76, 2007.
- SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: UNESP, 2008.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Singularidades: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. 164 p. (Coleção Território e Práxis Popular; v. 4).
- SILVA, Giovani J. *A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899–1984): memória, identidade e história*. Dourados: UFGD, 2014.
- SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. *Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II*. Florianópolis: Caderno Pedagógico, 2002.
- SIQUEIRA JR., Jaime Garcia; SOUSA, Cássio; ALMEIDA, Fábio (Orgs.). *Gestão territorial em terras indígenas no Brasil: Série Via dos Saberes*. 6. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/UNESCO, 2016. 268 p.
- SMITH, Maira; GUIMARÃES, Marco A. Gestão ambiental e territorial de terras indígenas: reflexões sobre a construção de uma nova política indigenista. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 5., 2010, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis, 2010.
- STÜRMER, Arthur B.; COSTA, Benhur P. Território: aproximações a um conceito-chave da geografia. *Revista Geografia, Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 21, n. 3, p. 50–60, 2017.
- TOLEDO, Luciano A.; SHIAISHI, Guilherme F. Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso. *Revista da FAE*, v. 12, n. 1, 2016.

APÊNDICE

1 PLANO DE ETNOTURISMO DA ALDEIA SÃO JOÃO NO TERRITÓRIO INDÍGENA KADIWÉU

Este documento foi pensado e elaborado como um direcionamento inicial para que a comunidade da aldeia São João, no Território Indígena Kadiwéu, possa implementar suas atividades de etnoturismo, com base em seus próprios desejos, objetivos e prioridades. As proposições aqui apresentadas foram construídas a partir das oficinas realizadas com lideranças e demais membros da comunidade, considerando as áreas mapeadas e as atividades elencadas coletivamente.

Para o desenvolvimento deste material, foram promovidas oficinas participativas com a comunidade da aldeia São João, nas quais foram sistematizadas informações que, segundo os próprios participantes, são fundamentais para a estruturação de um plano de etnoturismo alinhado aos modos de vida, saberes e expectativas locais.



1.1 Dinâmica utilizada

A fase inicial consistiu em dialogar com as lideranças, com o objetivo de desenvolver um plano de trabalho e definir as datas para as oficinas. Desse processo, foi elaborado e assinado pela comunidade o documento de Consentimento Livre, Prévio e Informado, que, segundo a Convenção 169 da OIT, representa a concordância formal da comunidade frente a qualquer projeto a ser desenvolvido em territórios indígenas.



1.2 Sensibilização e Mobilização

Após a assinatura da carta de Consentimento Livre, Prévio e Informado, teve início a fase de mobilização e sensibilização da comunidade. Nesta etapa, todos foram convidados a participar de uma reunião com o objetivo de refletir sobre um tema específico, neste caso, o etnoturismo. Os diálogos continuaram com o apoio das lideranças e das associações locais, buscando o envolvimento do maior número de pessoas possível, incluindo jovens, adultos, idosos, crianças e representantes das lideranças e organizações comunitárias.



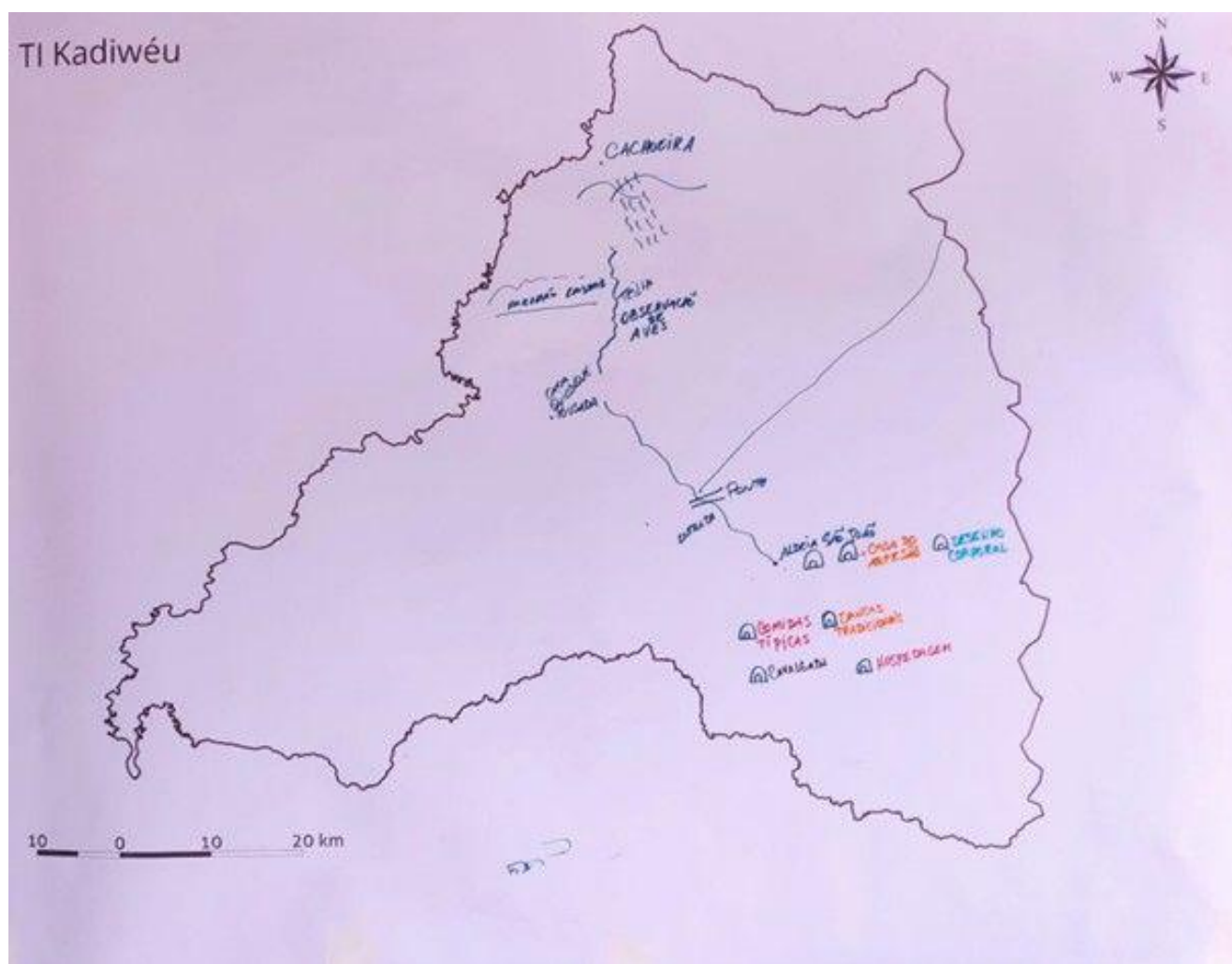
1.3 Oficinas de etnomapeamento

Para essa etapa de etnomapeamento, foi necessário desenvolver oficinas junto à comunidade, a fim de compreender a forma como ela se percebe em relação ao território e ao tema a ser aplicado: o etnoturismo. A metodologia utilizada teve como base o “Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu” (2019), que, por sua vez, segue as diretrizes do PGTA, documento utilizado para o levantamento da percepção da comunidade sobre o território e as ações que podem ser desenvolvidas a partir de uma planificação construída com base nos desejos das comunidades.



1.4 Diagnóstico

Essa etapa consistiu no entendimento da situação do Território Indígena Kadiwéu, tendo como base o tema do etnoturismo. Para isso, levantamos informações como as áreas que a comunidade considera importantes para receber visitantes, os tipos de atividades a serem realizadas e até possíveis construções. Utilizamos o etnomapeamento para identificar essas áreas e pensar, de forma mais prática, aspectos como a logística, os trajetos e as apresentações.



O etnomapa demonstrado acima pauta o seguinte desenho estratégico elaborado pela comunidade:

- A entrada do turista na comunidade se dará a partir da ponte do rio Aquidabã, na aldeia São João. Nesse ponto, pretende-se que uma pessoa da comunidade receba o visitante e o encaminhe para a atividade escolhida;

- À direita, os turistas serão direcionados para um ponto estratégico: um barracão construído especialmente para a recepção, localizado a cerca de 30 minutos da ponte. Esse espaço contará com banheiros, para que os visitantes possam se preparar para os passeios, um redário para descanso após os trajetos e a venda de produtos alimentícios. Esse será o segundo ponto de parada antes do acesso à cachoeira e ao paredão de cristais;
- A trilha que liga o barracão até a primeira queda d'água tem duração aproximada de 20 minutos, em uma superfície íngreme, de dificuldade média. Este ponto também foi identificado como apropriado para observação de aves e pequenos mamíferos, a depender do horário do dia;
- São aproximadamente cinco quedas d'água disponíveis para visitação, além do paredão de cristais;
- À esquerda, segundo o etnomapa, está o acesso à comunidade. A recepção ocorrerá no centro da aldeia, na Casa da Mulher Artesã. Nesse ponto, as atividades serão conduzidas por um guia local, com programação definida previamente;
- As atividades destacadas incluem: confecção de cerâmicas, pintura corporal e visita à área onde ocorre o manejo tradicional dos cavalos, voltada aos visitantes que desejarem conhecer a doma dos cavalos Kadiwéu, suas pinturas e até realizar um passeio montado pela comunidade;
- Neste local, também será oferecida alimentação, e, ao final do dia, os visitantes poderão assistir à dança típica local, além de ouvir histórias contadas pelos anciãos e conhecer as simbologias presentes nos grafismos das vestimentas e das pinturas corporais.

1.5 Planejamento

Essa etapa consistiu em planificar como cada comunidade pretende desenvolver as ações relacionadas ao turismo: como receber os visitantes, quais atividades apresentar, de que forma e com que duração.

Nesse momento, foi possível realizar uma prospecção que levou a comunidade a refletir sobre o futuro do trabalho com o etnoturismo, bem como sobre potenciais parceiros para o desenvolvimento de cada ação.

Após esse levantamento, identificou-se o que e como a comunidade deseja atuar internamente para fortalecer essa atividade que está em processo de construção.

Essa prática contribui para que a própria comunidade compreenda melhor como estruturar o etnoturismo de forma mais organizada e reflita sobre formas de organização interna que promovam benefícios coletivos.

Ao final, o conteúdo sistematizado pode servir como base para discussões sobre o tema e para a futura implementação de um projeto de etnoturismo em parceria com atores diversos, como associações comunitárias, prefeituras, governos e outros órgãos que a própria comunidade julgar necessários.

Quadro 1 – Planificação das atividades de Etnoturismo (Aldeia São João)

O QUE ?	COMO?	COM QUEM?
Cachoeira	- mapear os acessos - criar estratégia de apresentação e visitação nas quedas d'água	- comunidade e parceiros
Paredão de Cristais	- visitar e mapear o local - buscar parceiros para entender como explorar com história da formação e pedras encontradas	comunidade, Universidades locais
Casa de recepção	- construir o barracão de recepção 1 grande (cobertura de sapê, redondo, até metade de tijolos, fechado com taquara, com bancos para recepcionar turista) esse barracão ficará entre a aldeia e a cachoeira. - construir outros 4 barracões menores para apoio, com redes (serão em volta do grande) - organizar um comércio no barracão maior para venda de produtos para o turista (água, refrigerante, salgados) - apoio de infraestrutura - banheiros - poço - fossa sanitária - internet	- Comunidade com apoio de prefeituras locais (Bonito e Porto Murtinho) - apoio de parceiros, Governo e Ongs, Funai - Ministério dos Povos Indígenas e Ministério do Turismo - Buscar editais para atividades

O QUE ?	COMO?	COM QUEM?
	- lixeiras - cercamento da área - fiscalização e monitoramento (drone e rádio veicular) - decoração	
Trilha	- fazer e limpar a trilha - arrumar degraus onde necessário - colocar corrimão - placas de sinalização	Comunidade e parceiros
Observação de aves	- Identificar as aves do TI - Chamar parceiros com essa expertise para desenho	Parceiros com expertise em avifauna - UFMS, e Ongs
Casa do artesão	- Mobilizar as mulheres - Produzir cerâmica - Pensar num calendário de oficinas - Mapear todas as produções (pintura em tecidos, cestarias pindó e carandá, colares, brincos e pulseiras, pintura corporal, xaripa) - promover encontro de artesãs e mapear as necessidades de oficinas	Comunidade
Desenho Corporal	- Buscar pessoas que ainda fazem a pintura; - mapear áreas de jenipapo	Comunidade
Danças tradicionais	- Organizar o grupo de dança da comunidade - Mobilizar tocadores na aldeia - Pensar em um ambiente para a dança no centro da aldeia - Produzir as roupas tradicionais	Comunidade
Cavalgada	- mobilizar criadores de cavalo da aldeia - fomentar a pintura nos cavalos - criar um percurso para montaria - promover oficinas de doma profissional	Comunidade
Camping	- área no receptivo - organizar e delimitar espaço	Comunidade
Contação de Histórias	- acessar conhecimento dos mais velhos para atividade	Comunidade
Alimentação	levantar pratos tradicionais Kadiwéu com os mais velhos mapear áreas onde existem identificar na comunidade quem vai preparar doces típicos	Comunidade
Plano de Negócio	- auxiliar para colocar valores nas atividades - planejar pacotes	Sebrae, Ongs,
Veículo para suporte	- aquisição de veículo para suporte nos atrativos	Ministério, Projetos por meio de editais
Fiscalização e monitoramento	- aquisição de drones e comunicadores veiculares para suporte - capacitação para usos de equipamentos	Projetos por meio de editais;parceiros como Ongs e Universidades
Capacitação de pessoal	- receptivo - mídias sociais	Universidades, cursos via Sebrae e parceiros que

O QUE ?	COMO?	COM QUEM?
	- língua - formação de profissionais do turismo na aldeia	atuam com turismo Intercâmbios

Fonte: Lílian Pereira (2025).

Este documento foi construído em conjunto com a comunidade e poderá integrar, futuramente, um capítulo do “Plano de Vida” do Território Indígena Kadiwéu, nas próximas fases de revisão. Espera-se, também, que ele seja utilizado como base por atores parceiros interessados em impulsionar o tema em diálogo com a comunidade.

Além disso, este material está organizado como um primeiro esboço documental, permitindo que a própria comunidade o aprimore conforme suas necessidades. Assim, poderá ser apresentado em propostas de projeto e em interlocuções com órgãos governamentais e não governamentais no trato das questões relacionadas ao etnoturismo.

